

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO**  
**DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

**VANESSA DE SOUZA ROCHA BARBOSA**

**DO DIREITO SUCESSÓRIO ANTE A PLURIPARENTALIDADE: O**  
**DIREITO À HERANÇA DOS PAIS BIOLÓGICO E AFETIVO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO**  
**2015**

**VANESSA DE SOUZA ROCHA BARBOSA**

**DO DIREITO SUCESSÓRIO ANTE A PLURIPARENTALIDADE: O  
DIREITO À HERANÇA DOS PAIS BIOLÓGICO E AFETIVO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do professor M.e Silvério dos Santos Oliveira.

**CACOAL – RO**

**2015**

Barbosa, Vanessa de Souza Rocha.  
B238d Do direito sucessório ante a pluriparentalidade: o direito à herança dos pais biológico e afetivo / Vanessa de Souza Rocha Barbosa – Cacoal/RO: UNIR, 2015.  
59 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientador: Prof. Me. Silvério Santos Oliveira.

1. Direito civil. 2. Filiação socioafetiva. 3. Herança. 4. Pais.  
I. Oliveira, Silvério Santos. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 347.6

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

# **DO DIREITO SUCESSÓRIO ANTE A PLURIPARENTALIDADE: O DIREITO À HERANÇA DOS PAIS BIOLÓGICO E AFETIVO**

**VANESSA DE SOUZA ROCHA BARBOSA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor M.e Silvério dos Santos Oliveira – UNIR – Presidente

---

Professora M.<sup>a</sup> Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli – UNIR –Membro

---

Professora Esp. Graciela Flávia Hack – UNIR – Membro

Conceito: \_\_\_\_\_

Cacoal, \_\_\_\_ de julho de 2015

À Lívia, minha definição particular de afeto.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre estar comigo, por sempre me dar aquilo que precisava e por nem sempre me dar aquilo que eu queria.

Aos meus pais, Célio e Elaína, por terem me apoiado, no tocante à faculdade, desde quando eu soube que tinha sido aprovada até esse momento; e que, no tocante à vida, sempre estiveram ao meu lado e me ensinaram valores que do Direito não se pode extrair.

À minha vovó Raimundinha, que é a pessoa mais doce, mais amável e mais querida e que ajudou a formar a pessoa que hoje sou, com exemplo de vida, de conduta e de caráter.

Ao meu irmão Tony, cuja relação ultrapassa o grau de parentesco e chega ao afeto e companheirismo que aquele por si só não proporciona, e que, junto à minha querida cunhada Caroline, me deu a inspiração desta monografia, minha amada sobrinha Lívia.

Aos meus tios, tias, primos e primas, que formam nossa grande “Família Buscapé”. Nessa minha jornada de cinco anos fora de casa, pude ver que não existem pessoas iguais a vocês nesse mundo. Vocês são os melhores e eu sou grata a Deus por ter me dado um lugar nessa família.

À minha melhor amiga Isabela, por ter aguentado os meus estresses durante esses anos de faculdade, pelo carinho e atenção que dispôs à minha avó quando eu não estava presente, pelas risadas de tirar o fôlego e pelos silêncios reconfortantes, além de todo o resto que não se é possível expressar.

Aos amigos que fiz nesses cinco anos, que são um “bando de trouxas” do mais elevado grau, mas que não deixam de serem pessoas maravilhosas que eu sou grata por ter tido a oportunidade de conviver.

À professora Neiva, que deu o impulso inicial e me apoiou durante todo esse trabalho. Sem a sua ajuda, esse trabalho teria sido bem mais pobre, bem mais difícil e bem menos prazeroso. Obrigada por ser mais que professora e orientadora, por ser minha amiga.

Ao professor Silvério, que me acompanhou desde o 1º período da faculdade e que tive o prazer de ter, ao final, como orientador. Obrigada pelo carinho e atenção que sempre dispôs.

À professora Daeane, que sempre esteve disposta a nos ajudar, desde a fase do projeto, quando não ministrava disciplina referente à metodologia, até a fase final da monografia. Obrigada por ser tão querida.

Às professoras Elimei e Francele, que nos proporcionaram uma relação de amizade fora das salas de aula e que, junto aos professores supracitados, tornaram o peso deste curso bem mais leve.

“Qualquer maneira de amor vale aquela  
Qualquer maneira de amor vale amar  
Qualquer maneira de amor vale a pena  
Qualquer maneira de amor valerá”

Paula e Bebeto  
Caetano Veloso e Milton Nascimento



## **RESUMO**

O presente trabalho visa verificar, sob a ótica civil constitucional, as possibilidades sucessórias, quando da existência de vínculo biológico e afetivo. Para tanto, analisa-se a evolução da afetividade no campo social através do tempo e a necessidade de sua regulamentação no campo jurídico, a fim de que os direitos inerentes ao parentesco socioafetivo sejam assegurados sem detrimento aos adquiridos com o parentesco biológico. Demonstra-se, também, que, apesar da falta de regulamentação específica quanto à filiação socioafetiva, os princípios constitucionais e os dispositivos legais existentes – aplicam-se analogicamente os dispositivos referentes à adoção –, assim como doutrina e jurisprudência, indicam a assecuração dos direitos referentes a esta, nos quais se inclui o direito à herança. Verifica-se, ainda, como a jurisprudência brasileira tem se posicionado a respeito da sucessão, quando da existência de vínculo biológico e afetivo. Para a realização deste trabalho foi utilizado o método dogmático e indutivo e o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial.

**Palavras-chave:** Filiação socioafetiva. Herança. Pais afetivo e biológico.

## **ABSTRACT**

The present work aims to verify, under the civil constitutional optic, the succession possibilities, when there is a biological and affective bond. To do so, it is needed to analyze the evolution of affectivity in the social field through time and the need for regulation in the legal field so that the rights inherent to the affective parentage are insured with no prejudice to the ones acquired with the biological parentage. It shows also that, despite the lack of specific regulation of the affective parentage, the existent legal provisions – it is similarly applied the provisions related to adoption –, as the doctrine and jurisprudence, indicate the insurance of the rights referred to it, in which includes the right to heritage. It is verified, yet, how the brazilian jurisprudence has been positioning about the succession, when there is a biological and affective bond. To its realization, it was used the dogmatic and inductive method and the technical procedure applied was bibliographic research and jurisprudential analysis.

**Key-words:** Affective filiation. Heritage. Affective and biological parents.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 FAMÍLIA NO PASSADO E NO PRESENTE.....</b>	<b>13</b>
1.1 A ORIGEM DA FAMÍLIA COMO INSTITUTO .....	13
1.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O MARCO DA INSERÇÃO DO AFETO NA FAMÍLIA .....	17
1.3 DAS ESPÉCIES DE FAMÍLIA SOB A ÓTICA JURÍDICA .....	18
1.4 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA: CÓDIGO CIVIL DE 1916 x CÓDIGO CIVIL DE 2002 E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	21
<b>2 FAMÍLIA, NASCIMENTO E MORTE: A CONSTRUÇÃO DO AMOR E OS REFLEXOS SUCESSÓRIOS.....</b>	<b>25</b>
2.1 DISTINÇÕES SUCESSÓRIAS ENTRE FILHOS: CÓDIGO CIVIL DE 1916 x CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	25
2.2 A NÃO DISTINÇÃO ENTRE OS FILHOS E A IGUALDADE SUCESSÓRIA ASSEGURADA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	30
<b>3 AS IMPLICAÇÕES DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO .....</b>	<b>34</b>
3.1 RECONHECIMENTO JURÍDICO DO AFETO E OS CRITÉRIOS APLICADOS AO DIREITO À HERANÇA DOS PAIS BIOLÓGICO E AFETIVO.....	34
3.2 DIFERENÇA QUANTO AO QUINHÃO REFERENTE AOS FILHOS UNILATERAIS E BILATERAIS NA SUCESSÃO.....	43
3.3 O POSICIONAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA QUANTO À HERANÇA NOS CASOS DE FILIAÇÃO AFETIVA E BIOLÓGICA .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

A partir do momento em que o homem passou a conviver em sociedade, surgiu a necessidade de se estipularem regras de convivência, pois como disse o jurista romano Ulpiano em um dos brocardos mais conhecidos da área jurídica, *ubi societas, ibi jus* (onde está a sociedade, aí está o direito).

Assim, depreende-se que, na medida em que a sociedade evolui, deve o direito evoluir igualmente ao passo de acompanhá-la. Este não pode ser estático, não pode se atracar a uma condição não mais existente, pois seria ineficaz frente ao novo perfil da sociedade que engloba.

De grande importância se faz, portanto, o Direito de Família, pois esta vertente do direito tem ligação direta com a origem da sociedade, onde o homem enxergou a necessidade de se agrupar para dar continuidade à sua linhagem e garantir sua subsistência, formando famílias com número significativo de membros para obter mão de obra no campo em época de economia essencialmente agrícola.

Destarte, o objetivo principal do presente trabalho é chegar à conclusão da (in)capacidade sucessória do filho que possui dois pais – um biológico e um afetivo – à herança dos dois, para tanto, estudando, principalmente, os dispostos na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil de 2002, assim como doutrina e jurisprudência.

Além disso, viu-se imprescindível para a melhor compreensão do tema o estudo da história que envolve a família, desde os primórdios até a contemporaneidade, demonstrando seu caráter originalmente institucional e o momento em que o afeto se inseriu no âmbito familiar, o que levou à reforma do Código Civil de 1916, pois não mais pertinente a essa nova concepção social.

Observa-se, por conseguinte, a importância do presente tema no campo social e jurídico, pois as relações afetivas são realidades da sociedade contemporânea, e o afeto

tornou-se um fato gerador, a peça chave da constância de várias relações jurídicas, sendo que dessas a filiação afetiva é uma das mais importantes; devendo receber uma atenção especial no caso da pluriparentalidade para que a criança que possui dois pais, um biológico e um afetivo, não seja prejudicada, pois quando uma pessoa toma posse do estado de pai para com uma criança, toma para si, também, os direitos e deveres inerentes à parentalidade, garantindo, consequentemente, a esta criança os direitos os referentes à filiação, não cabendo alegar que, assim, esta estaria a receber “direitos demais” no tocante à questão sucessória, ao direito que ela possui de receber duas heranças, pois direitos são direitos e, se aplicáveis à criança, devem ser garantidos.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho versa sobre o contexto histórico de inserção do afeto na família, tendo suma importância a visualização das diferentes instituições que eram a família antiga e a que se tornou a família contemporânea, com a emancipação feminina do lar quando da Revolução Industrial, quebrando a concepção patriarcal que a família possuía e dando lugar à construção desta com base no afeto, o que acarretou a classificação familiar em várias espécies, pois não mais se encaixava em um único modelo. Isto foi notado no campo jurídico e trazido pela Constituição Federal de 1988, desbancando o conceito de família constante do Código Civil de 1916 e dando espaço para a reforma deste pelo Código Civil de 2002, que trouxe uma lei mais humanizada e condizente à sociedade contemporânea.

O segundo capítulo trata do direito de herança dos filhos, iniciando com uma comparação entre o direito sucessório no Código Civil de 1916 e no Código Civil de 2002. Enquanto aquele menosprezava os filhos ilegítimos, não havidos na constância do casamento, esse veio assegurar os direitos de todos os filhos, sem distinção – devido ao advento da Constituição Federal de 1988, que isto prega em seu artigo 227, § 6º –, além de inovar dispondo um rol de herdeiros necessários, elencados em classe, e trazendo em seu artigo 1.834 a igualdade sucessória entre os descendentes de mesmo grau.

O último capítulo traz uma análise do reconhecimento do afeto pelo ordenamento jurídico brasileiro e do posicionamento de sua jurisprudência quanto ao direito sucessório do filho que possui pais biológico e afetivo, além de uma análise crítica ao artigo 1.841 do Código Civil de 2002, que trouxe à tona uma ideia contida no Código Civil de 1916 que fora derrubada com a chegada da Constituição Federal de 1988.

Neste capítulo pode-se ter, ainda, uma noção da complexidade que é a efetivação da filiação afetiva, já que há uma linha distintiva entre a concretização ou não desse estado, necessitando de cuidadosa análise, pois aquela só se forma com a intenção de pai para com o

filho e vice versa, não se caracterizando quando se tem apenas um laço de convivência e consideração amistosa entre eles, na qual os indivíduos não se enxergam como pai e filho.

Para tanto, ao versar sobre o direito sucessório do filho que possui pais biológico e afetivo, foi necessário um estudo teórico e uma análise prática de casos concretos, utilizando-se dos métodos dogmático e indutivo, além do procedimento técnico de pesquisa bibliográfica em materiais publicados sobre o tema, sendo estes doutrinas, jurisprudências e artigos científicos.

## **1 FAMÍLIA NO PASSADO E NO PRESENTE**

No presente capítulo, tratar-se-á da evolução histórica da família desde a época de sua formação inicial até os dias atuais. Formada anteriormente como uma instituição obrigacional, ver-se-á que contemporaneamente não mais se compõe senão com base no afeto.

Isso se deve, em grande parte, à Revolução Industrial, que levou a família do campo às cidades, trazendo a emancipação feminina do lar com a entrada da mulher no mercado de trabalho, que passou, então, a exercer papel na subsistência familiar, não mais caindo apenas sobre o homem tal responsabilidade.

Essa evolução é notada a partir do advento da Constituição Federal de 1988, que trouxe um texto com um pensamento mais contemporâneo no que tange ao Direito de Família, em contraste ao Código Civil de 1916, que foi confeccionado em uma época de família essencialmente patriarcal e de economia agrícola, culminando em sua reforma no Código Civil de 2002.

### **1.1 ORIGEM DA FAMÍLIA COMO INSTITUTO**

Primordialmente, indispensável se faz a compreensão do surgimento da família e da mutação que sofreu o seu conceito no decorrer da evolução da humanidade; além da sua visualização no tempo, para que o tema a ser abordado por este trabalho monográfico seja, assim, melhor desenvolvido e compreendido.

Há uma teoria retratando o início da sociedade humana, descrita por Coelho (2012, s.p.), que até então não fora confirmada ou rejeitada, de que naquela época não existia pudor algum entre os homens; as pessoas viviam em total promiscuidade, visando somente a satisfação de seus desejos sexuais, sem qualquer interdição mesmo quanto a relações entre parentes.

Se verdadeira, tal teoria guia à primeira lei da raça humana: a proibição do incesto. Mas se falsa, “a vedação de relações incestuosas seria uma característica biológica da espécie humana, anterior mesmo à organização da sociedade” (COELHO, 2012, s.p.).

Na busca por uma maneira de se evitar o incesto e com o intuito de mesclar as populações, encontrou-se uma solução: a agrupação de várias famílias em clãs. Assim, segundo Coelho (2012, s.p.), havendo uma grande aglomeração de diferentes pessoas não

mais existia a necessidade de uma relação entre aquelas que dividiam a mesma árvore genealógica.

Portanto, apesar das incertezas que sempre assolaram a origem da família, pode-se dizer que este instituto surgiu por ser a única alternativa frente à proibição do relacionamento entre pessoas que partilham o mesmo sangue (COELHO, 2012, s.p.).

Estando compreendido o surgimento inicial da família como sendo um meio de proibição do incesto e analisando o tempo decorrente após essa época, percebe-se que a família passou a ser considerada uma espécie de instituição obrigatória, sem qualquer laço afetivo – pelo menos não no seu início –, formada visando o encaixe em uma sociedade que se tornou extremamente conservadora.

Contudo, esse não mais restou como o único objetivo da formação da família. Também, com a economia essencialmente agrícola daquele tempo, passou a ser um meio de melhorar o gerenciamento das atividades laborais do campo, principalmente com a mão de obra que os filhos nascidos proporcionavam.

A família tinha uma **formação extensiva**, verdadeira comunidade rural, integrada por todos os parentes, formando unidade de produção, com amplo incentivo à **procriação**. Era uma entidade **patrimonializada**, cujos membros representavam força de trabalho. O crescimento da família ensejava melhores condições de sobrevivência a todos. O núcleo familiar dispunha de perfil **hierarquizado** e **patriarcal** (DIAS, 2015, p. 30). [grifos da autora]

Assim, a instituição do casamento servia para garantir o lugar do homem em uma sociedade que esperava dele o papel de patriarca, dando continuação ao nome da família com a chegada dos filhos e garantindo a sua subsistência através da mão de obra deles, já que a economia da época era essencialmente rural e o perfil hierarquizado da família colocava o pai como “rei do lar”, decidindo o papel de todos na manutenção deste. A lógica é clara e a matemática, básica: quanto maior o número de filhos, maior se torna a produção (COELHO, 2012, s.p.).

Outro aspecto da essencialidade patriarcal da família antiga pode ser retirado da análise das famílias romana e grega, que eram formadas como uma “organização política cujo princípio básico era a autoridade, e esta abrangia todos quantos a ela estavam submetidos. O *pater familias* era, ao mesmo tempo, chefe político, sacerdote e juiz” (NOGUEIRA, 2006, p. 73).

Na função de sacerdote, o pai era encarregado do culto doméstico, cujos rituais advinham de gerações anteriores, não havendo uma igualdade entre os de diferentes famílias.



O culto era secreto e obrigatório e nele eram adorados os mortos de sua genealogia, representados pelo fogo sagrado que era mantido aceso pelo *pater* e considerados deuses que protegiam o lar. “O primeiro filho era encarregado de continuar o culto aos ancestrais; se deixasse de fazê-lo, traria, com sua conduta, infelicidade e morte para a família” (NOGUEIRA, 2006, p. 78).

Sendo assim, caracterizava-se a família pelo culto aos mesmos deuses e a submissão ao mesmo *pater familias*, não pela consanguinidade. “O que unia os membros da família antiga não era o nascimento ou o sentimento, mas a religião do fogo sagrado e dos antepassados; assim, só fazia parte da mesma família aquele que fosse iniciado no seu culto” (NOGUEIRA, 2006, p. 79).

Percebe-se, então, que a família não era uma associação natural, e sim religiosa, pois somente quem dela fizesse parte poderia adorar seus deuses. Isso se aplicava às mulheres, que cultuavam os ancestrais de seus pais, enquanto solteira, e passavam a adorar os de seus maridos, após o casamento, já que a religião doméstica grega e romana somente era transmitida na linha masculina da família. Aplicava-se, também, aos filhos que eram adotados por casais estéreis, que passavam a cultuar os deuses da família adotiva e não mais da biológica (NOGUEIRA, 2006, p. 82).

No mundo contemporâneo, contudo, essa antiga concepção de caráter doméstico e obrigatório deu lugar ao direito individual, do cidadão, uma realidade na qual “a arquitetura da sociedade [...] impõe um modelo familiar descentralizado, democrático, igualitário e desmatrimonializado”, sendo o afeto a mola propulsora do núcleo familiar (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 36).

Na sociedade atual, não mais é necessária a procriação como forma de garantir o culto aos deuses ancestrais nem a subsistência através do aumento da mão de obra, já que a economia não mais se limita ao campo. O homem e a mulher contemporâneos se veem livres das amarras de uma sociedade patriarcal e hierarquizada e seguem para a busca de algo mais: o afeto.

A transição da família como unidade econômica para uma compreensão igualitária, tendente a promover o desenvolvimento da personalidade de seus membros, reafirma uma nova feição, agora fundada no afeto. Seu novo balizamento evidencia um espaço privilegiado para que os seres humanos se complementem e se completem. Abandona-se, assim, uma visão institucionalizada, pela qual a família era, apenas, uma célula social fundamental, para que seja compreendida como **núcleo privilegiado para o desenvolvimento da personalidade humana** (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 38). [grifo dos autores]

A finalidade da família contemporânea difere da inicialmente reproduzida pela família antiga; agora, nada mais é que a busca da felicidade individual e do desenvolvimento da personalidade, do caráter de seus membros, caindo por terra qualquer obrigação existente entre estes.

Assim, Farias e Rosenvald (2014, p. 43) enfatizam a família como sendo, hoje, um sistema democrático, não mais centralizado e patriarcal, tendo a proteção do núcleo familiar, como ponto de partida e de chegada, a tutela da própria pessoa humana, “ou seja, a família existe em razão de seus componentes, e não estes em função daquela [...]. **É o que se convencionou chamar de família eudemonista**, caracterizada pela busca da felicidade pessoal e solidária de cada um de seus membros”. [grifo dos autores]

Percebe-se, então, que a democratização da família tirou do “trono” a figura do pai, derrubando seu caráter inicialmente patriarcal e dando voz a todos os seus indivíduos, que são agora os pilares daquela e não mais figuram apenas como uma unidade de seu conteúdo. O único e exclusivo dever existente entre os membros da família contemporânea se torna a construção mútua da felicidade individual, um proporcionando ao outro o que precisam para alcançá-la.

Lôbo (2011, p. 20) corrobora quando diz que “a realização pessoal da afetividade, no ambiente de convivência e solidariedade, é função básica da família de nossa época”. Assim, vê-se que a antiga concepção da família teve suas funções primitivas superadas ou levadas a um papel secundário, devido à primazia do afeto constante na família contemporânea, o que acabou por modificar, conseqüentemente, o papel que a mulher tinha dentro da família patriarcal.

Portanto, percebe-se pela análise da origem da família que, no início, o homem e a mulher se uniam em matrimônio obrigatoriamente, formando uma família institucionalizada, de caráter moralista e patriarcal, com o intuito de se encaixar em uma sociedade conservadora de economia essencialmente agrícola, o que fortificava a necessidade de procriação, tendo nos filhos uma mão de obra necessária para a extração da subsistência por meio do trabalho no campo. Contudo, essa concepção mudou com o decorrer do tempo, principalmente com a chegada da Revolução Industrial, que fomentou a migração da família do campo para as cidades e a conseqüente emancipação econômica e profissional feminina, já que a mulher passou a trabalhar fora do lar para auxiliar na subsistência deste.

## 1.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O MARCO DA INSERÇÃO DO AFETO NA FAMÍLIA

Inicialmente, necessária se faz a diferenciação cronológica de quando ocorreu a Revolução Industrial no Brasil e no mundo para fins de melhor visualização dos seus efeitos na família contemporânea brasileira.

A Revolução Industrial iniciou-se na Europa, especificamente na Inglaterra, durante o século XVIII, e de lá se alastrou pelo mundo (FERNANDES, *online*). No Brasil, contudo, se deu somente no final do século XIX e início do século XX, pois, quando do seu começo em nível mundial, o país ainda era colônia de Portugal e não era permitida a instalação de indústrias no país devido ao Pacto Colonial (ARAÚJO, *online*).

Consequentemente, no Brasil, os filhos eram usados como mão de obra barata no meio rural, que foi a fonte de economia do país até a década de 50-60; também porque a família da época tinha o costume de educar por meio do trabalho, fosse ele rural ou doméstico. A inserção da criança no ambiente de trabalho doméstico ou rural – as atividades eram determinadas por sexo e idade –, além do maior número de mão de obra, objetivava o ensinamento da prática laboral familiar, a “construção do herdeiro”, para que este continuasse aquele legado, exercendo seu papel na família. Assim, os homens trabalhavam na lavoura e as mulheres eram encarregadas dos afazeres domésticos em famílias que tinham por hábito um número significativo de filhos (MARIN, 2012, *online*).

A principal mudança econômica causada pela chegada da Revolução Industrial foi o surgimento da máquina a vapor, que dispensou a mão de obra em número e procurava-a em qualidade, substituindo-se o trabalho antes manual pelo maquinário, mudança essa que refletiu igualmente no campo, levando ao desemprego e a saída da família do campo para as cidades (MARTINS, 2012, p. 06).

Assim, com a chegada da Revolução Industrial no Brasil, consoante Dias (2015, p. 30), deu-se o ingresso da mulher no mercado de trabalho, culminando em uma mudança do quadro familiar hierarquizado para um mais democrático, já que a mulher passou a ter papel, também, na subsistência do lar, dando fim, portanto, ao “caráter produtivo e reprodutivo” da família:

A família migrou do campo para as cidades e passou a conviver em espaços menores. Isso levou à aproximação dos seus membros, sendo mais prestigiado o **vínculo afetivo** que envolve seus integrantes. Surge a concepção da família formada por laços afetivos de carinho, de amor. [grifo da autora]

Venosa (2013, p. 06) corrobora com o pensamento de Dias quando diz que

a unidade familiar, sob o prisma social e jurídico, não mais tem como baluarte exclusivo o matrimônio. A nova família estrutura-se independentemente das núpcias. Coube à ciência jurídica acompanhar legislativamente essas transformações sociais, que se fizeram sentir mais acentuadamente em nosso país na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra. Na década de 70, em toda a civilização ocidental, fez-se sentir a família conduzida por um único membro, o pai ou a mãe. Novos casamentos dos cônjuges separados formam uma simbiose de proles.

Com a autossuficiência adquirida pela mulher através de seu trabalho – agora fora do ambiente doméstico –, tomando um papel na subsistência da família e com a confiança adquirida por ela em decorrência disso, desvaiu o caráter obrigacional da família. Sendo agora atuante na sociedade, a mulher não mais se contenta com seu antigo papel dentro de casa nem se submete mais aos mandos do marido.

Surge, assim, a valorização do vínculo afetivo – pois sem ele não mais se forma nem se mantém uma família – e a consequente mutação do conceito de família, agora bem mais abrangente, abandonado o padrão “pai, mãe e filhos” e ampliado com base no afeto, o que o tornou, assim por dizer, um conceito indefinido, envolvendo, além do modelo da família tradicional, aquela composta por um pai e seus filhos, por pessoas do mesmo sexo, por parentes ou até mesmo pessoas que não os sejam, desde que tenha estrutura e propósito de família, e por pessoas que já possuem filhos de outros relacionamentos, como no brocardo “os meus, os teus e os nossos”.

### 1.3 DAS ESPÉCIES DE FAMÍLIA SOB A ÓTICA JURÍDICA

Para fins de melhor compreensão da evolução do conceito de família, é indispensável que, previamente, se explique as espécies desta, que não mais se atém à época do Código Civil de 1916, quando era formada apenas pelo matrimônio. Hoje, segundo Dias (2015, p. 130-144), além do modelo tradicional, ela é composta por outras cinco espécies: a monoparental, a parental, a pluriparental, a paralela e a eudemonista.

Atendendo à realidade contemporânea que abrange um terço das famílias brasileiras, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, § 4º, elencou como entidade familiar a família **monoparental**, constituída por um dos genitores e seus filhos (DIAS, 2015, p. 139-140).

Essa espécie de família tão condiz com a realidade que a Constituição Federal, em 1988, já enxergava a necessidade de proteção a ela. Há pais que até mesmo escolhem ter filhos sozinhos, seja por meio de um doador anônimo em um banco de espermas, adotando uma criança – já que a lei brasileira permite a adoção por uma única pessoa –, ou mediante qualquer outra forma disponível.

Há, também, aquela formada pela convivência entre parentes ou pessoas que não o são, mas que possuem forma e propósito de família, mesmo que sem conotação sexual alguma. É a chamada família **parental** ou **anaparental**. Dias (2015, p. 140) cita como exemplo duas irmãs que moraram juntas durante anos e construíram em conjunto um patrimônio. No caso do falecimento de uma das irmãs, deve-se ir além da divisão igualitária da herança entre todos os irmãos, como herdeiros colaterais. “A solução que se aproxima de um resultado justo é conceder à irmã, com quem a falecida convivia, a integralidade do patrimônio, pois ela, em razão da parceria de vidas, antecede aos demais irmãos na ordem de vocação hereditária”.

Ainda, tem-se a família **pluriparental**, também conhecida como **composta**, formada, como se assimila de sua própria denominação, pela “pluralidade das relações parentais, especialmente fomentadas pelo divórcio, pelo recasamento, seguidos das famílias não matrimoniais e das desuniões”. Entende-se como sendo uma **família-mosaico**, composta por casais saídos de uniões anteriores que “trazem para a nova família seus filhos e, muitas vezes, têm filho em comum”, sendo caracterizada, assim, pela “multiplicidade de vínculos, ambiguidade dos compromissos e a interdependência”. No entanto, considera-se, ainda, como monoparental o vínculo do pai com o seu filho dentro dessa espécie de família (DIAS, 2015, p. 141).

O Projeto de Lei do Estatuto da Família (BRASIL, 2013) não abrangeu todas as espécies de família, mas as supracitadas são encontradas em seu artigo 69, *in verbis*:

Art. 69. As **famílias parentais** se constituem entre pessoas com relação de parentesco entre si e decorrem da comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar.

§ 1.º **Família monoparental** é a entidade formada por um ascendente e seus descendentes, qualquer que seja a natureza da filiação ou do parentesco.

§ 2.º **Família pluriparental** é a constituída pela convivência entre irmãos, bem como as comunhões afetivas estáveis existentes entre parentes colaterais. [grifos nossos]

Mesmo que sofrendo repúdio social, a família **paralela** é uma realidade existente há muitos anos, configurada quando uma pessoa, que já possui uma família, constrói outra em

concomitância – ou seja, mantém duas famílias ao mesmo tempo –, o que caracteriza o **concubinato** (artigo 1.727 do Código Civil de 2002); “é aquela que afronta a monogamia, realizada por aquele que possui vínculo matrimonial ou de união estável” (SOUZA, 2009, *online*).

Numa visão mais racional, deixando de lado toda a polêmica que envolve essa espécie de família, Dias (2010, p. 50-51) diz importar sim essas relações para o Direito, já que repercutem no mundo jurídico por, muitas vezes, resultar em filhos e na construção de um patrimônio em comum. “Não ver essa relação, não lhe outorgar qualquer efeito, atenta contra a dignidade dos partícipes e filhos porventura existentes”.

Por fim, Dias (2015, p. 143-144) retrata a família **eudemonista**, composta com base no afeto, tendo como única e exclusiva função a busca da felicidade individual de seus membros através da realização pessoal e da gratificação profissional. É a pretensão em alcançar a plenitude do ser por meio de seus desejos e aspirações, sejam estes quais forem, com a ajuda de todos os membros da família, pois esse também se torna o objetivo dela como um todo: estando todos os seus componentes realizados individualmente, o coletivo também alcançará a satisfação.

Assim, tem-se o “reconhecimento do afeto como único modo eficaz de definição da família e de preservação da vida” (DIAS, 2015, p. 143), levando à falência o seu antigo formato hierárquico e abrindo espaço para uma entidade mais democrática, “em que as relações são muito mais de igualdade e de respeito mútuo, e o traço fundamental é a lealdade” (DIAS, 2015, p. 144).

Agora, mais fácil se torna a visão e compreensão da evolução do conceito de família ao longo dos anos, pois a família tornou-se uma entidade desmatrimonializada, não mais se formada apenas pelo casamento, como era no seu início, e não mais podendo se ater a um rol taxativo quando a realidade já é bem mais abrangente, uma vez que se concretiza tanto com um dos pais e seu filho quanto com um conjunto de pessoas que não possuem laços consanguíneos, mas que se unem com forma e propósito de família; além de refletir em aspectos que vão além do Direito de Família, como, por exemplo, na impenhorabilidade do bem de família, disposta no artigo 649 do Código de Processo Civil e regulamentada pela Lei 8.009/90, podendo ser oponível, de acordo com o artigo 3º desta Lei, em “qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza”.

#### 1.4 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA: CÓDIGO CIVIL DE 1916 x CÓDIGO CIVIL DE 2002 E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Para superar o conceito da família tradicional e chegar a um conceito condizente com a sociedade contemporânea, Dias (2010, p. 43) retrata a necessidade de

[...] uma **visão pluralista** da família, que abrigue os mais diversos arranjos familiares, devendo-se buscar o elemento que permite enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de afetividade, independentemente de sua conformação. O desafio dos dias de hoje é achar o toque identificador das estruturas interpessoais que autorize nominá-las como família. Esse referencial só pode ser identificado no vínculo que une seus integrantes. É o envolvimento emocional que leva a subtrair um relacionamento do âmbito do direito obrigacional – cujo núcleo é a vontade – para inseri-lo no direito das famílias, que tem como elemento estruturante o sentimento do amor que funde as almas e confunde patrimônios, gera responsabilidades e comprometimentos mútuos. Esse é o divisor entre o **direito obrigacional** e o familiar: os negócios têm por substrato exclusivamente a **vontade**, enquanto o traço diferenciador do direito de família é o **afeto**. [grifos da autora]

Essas mudanças foram notadas pelo legislador, que vislumbrou a necessidade de reforma do Código Civil de 1916, advindo da época em que a família era essencialmente patriarcal e a economia era de base agrícola. Nele continham dispositivos incoerentes à realidade atual, devido à evolução da sociedade, como o poder de anulação do casamento caso o marido descobrisse que a mulher, antes da constituição do mesmo, não mais era virgem; o pai poderia deserdar a filha “desonrada”; o modelo oficial do regime de bens era o da comunhão universal; figurava o pátrio poder, onde o homem é que exercia o comando do lar; a obrigatoriedade de usar o sobrenome do marido; entre outros (SANTOS, 2003, *online*).

Segundo Farias e Rosenvald (2014, p. 36), o Código Civil de 1916, influenciado pela Revolução Francesa, tinha a família como essencialmente patriarcal, hierarquizada e transpessoal, necessariamente matrimonializada, onde “imperava a regra ‘**até que a morte nos separe**’, admitindo-se o sacrifício da felicidade pessoal dos membros da família em nome da manutenção do vínculo do casamento”; compreendida, ainda, como uma unidade de produção, que visava a “formação do patrimônio, para sua posterior transmissão aos herdeiros, pouco importando os laços afetivos”<sup>1</sup>. [grifo dos autores]

---

<sup>1</sup> Essa concepção começou a ser quebrada com o surgimento da Lei do Divórcio (L. 6.515/77), que veio regulamentar a dissolução do casamento e trazer grandes avanços à época, como: a não obrigatoriedade de adoção do nome do cônjuge; o direito de alimentos também ao marido, e não só à mulher “honesta e pobre”; e a mudança do regime universal para o regime parcial de bens, quando os noivos não acordarem por regime específico (DIAS, 2015, p. 102).

Com a constante modificação da sociedade e, devendo o Direito acompanhá-la, Dias (2015, p. 31) retrata a importância de uma sensibilidade maior no que tange ao Direito de Família:

O influxo da chamada **globalização** impõe constante alteração de regras, leis e comportamentos. No entanto, a mais árdua tarefa é mudar as regras do direito das famílias. Isto porque é o ramo do direito que diz com a vida das pessoas, seus sentimentos, enfim, com a alma do ser humano. O legislador não consegue acompanhar a realidade social nem contemplar as inquietações da família contemporânea. A sociedade evolui, transforma-se, rompe com tradições e amarras, o que gera a necessidade de **oxigenação das leis**. A tendência é simplesmente proceder à atualização normativa, sem absorver o espírito das silenciosas mudanças alcançadas no seio social, o que fortalece a manutenção da conduta de apego à tradição legalista, moralista e opressora da lei. Quando se fala de relações afetivas – afinal, é disso que trata o direito das famílias –, a missão é muito mais delicada, em face dos reflexos comportamentais que interferem na própria estrutura da sociedade. [grifos da autora]

Atendo-se a essa sensibilidade, o legislador, com a reforma do Código Civil de 1916, vislumbrou no Código Civil de 2002 um texto mais contemporâneo, principalmente em se tratando do Direito de Família. Alcança-se uma lei mais humanizada, que trata dos diferentes tipos de família, iguala os direitos de todos os filhos, sejam eles havidos na constância ou fora do casamento, adotados ou afetivos, entre outras matérias mais condizentes com a sociedade moderna<sup>2</sup>.

Farias e Rosendal (2014, p. 44) trazem, no intuito de que melhor se visualize e compreenda a diferença, um quadro comparativo da matéria de Direito de Família entre o Código Civil de 1916 e a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Novo Código Civil de 2002:

Tabela 1. Comparação do Direito de Família no Código Civil de 1916 e na Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002.

<b>Família no CC/16</b>	<b>Família na CF/88 e no CC/02</b>
Matrimonializada	Pluralizada
Patriarcal	Democrática
Hierarquizada	Igualitária substancialmente
Heteroparental	Hetero ou homoparental
Biológica	Biológica ou socioafetiva
Unidade de produção e reprodução	Unidade socioafetiva
Caráter institucional	Caráter instrumental

<sup>2</sup> Segundo Dias (2015, p. 33), apesar das mudanças significativas, o Código Civil de 2002 “já nasceu velho”, pois seu projeto datava de 1975, antes mesmo da Lei do Divórcio, e só entrou em vigor em janeiro de 2003, não dando o “passo mais ousado” quanto às espécies de família.



Percebe-se, então, que o afeto passou a reger o Direito de Família, pois a família não mais se forma com base em outra situação que não seja a afetiva. Demonstrando a inserção do afeto no âmbito jurídico, Dias (2015, p. 52) destaca a tutela deste pela Constituição Federal de 1988 quando esta reconhece a união estável como entidade familiar em seu artigo 226, § 3º, uma união que se constitui “sem o selo do casamento”, reconhecendo, portanto, juridicamente, o afeto que une essas duas pessoas. “Houve a constitucionalização de um modelo de família eudemonista e igualitário, com maior espaço para o afeto e realização individual”.

Lôbo (2011, p. 71) segue a linha de que o princípio da afetividade está implícito na Constituição Federal de 1988, citando mais quatro dispositivos referentes à filiação, quais sejam:

a) todos os filhos são iguais, independentemente de sua origem (art. 227, § 6º); b) a adoção, como escolha afetiva, alçou-se integralmente ao plano da igualdade de direitos (art. 227, §§ 5º e 6º); c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo-se os adotivos, tem a mesma dignidade de família constitucionalmente protegida (art. 226, § 4º); d) a convivência familiar (e não a origem biológica) é prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente (art. 227).

Assim, segundo Neto (2013, p. 24), compreende-se o princípio da afetividade como sendo a evolução do direito, aplicável a todas as espécies de família – descritas ou não em lei – e “tendo como premissa uma nova cultura jurídica que possa permitir a proteção estatal de todas as entidades familiares, repersonalizando as relações sociais, centrando-se no afeto como sua maior preocupação”.

Corroborando com a defesa da tutela jurídica de “todas as entidades formadas por pessoas humanas que estão vinculadas pelo laço afetivo”, Farias e Rosenvald (2014, p. 88) destacam a família eudemonista, que busca a felicidade individual de seus membros “a partir da convivência, permitindo que cada pessoa se realize, pessoal e profissionalmente, convertendo-se em seres socialmente úteis, não mais se confinando ao estreito espaço de sua própria família”.

Por fim, ao longo do presente capítulo, demonstrou-se a evolução do conceito inicial da família como uma instituição obrigatória, matrimonializada e patriarcal, conceito este modificado com o advento da Revolução Industrial, com a mulher deixando o seu papel dentro do lar para ingressar no mercado de trabalho, não mais dependendo do marido e, conseqüentemente, não mais se prendendo à instituição do casamento devido às mudanças

ocorridas na sociedade não mais tão conservadora, surgindo, daí, as novas espécies de família monoparental, parental, pluriparental, paralela e eudemonista, o que leva à compreensão da amplitude do conceito contemporâneo de família formada e sustentada apenas pelo afeto.

Da citada família pluriparental surgem outras questões que vão além do Direito de Família, pois de sua formação podem ser constituídas relações afetivas entre uma pessoa do casal com o filho da outra, o que caracteriza a filiação afetiva, detentora de direitos e deveres, inclusive de caráter sucessório. Dá-se, então, o próximo passo quanto ao estudo do presente tema ao abranger os reflexos sucessórios nessas relações.

## 2 FAMÍLIA, NASCIMENTO E MORTE: A CONSTRUÇÃO DO AMOR E OS REFLEXOS SUCESSÓRIOS

Como se pôde extrair do capítulo anterior, ao contrário da concepção limitada do conceito de família que constava no Código Civil de 1916, seu conceito contemporâneo – trazido, em parte, pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Civil de 2002 – de que é constituída exclusivamente com base no afeto ramificou esta instituição em várias espécies, e a sua caracterização é tarefa indispensável para a formação de relações jurídicas no Direito de Família; contudo, igualmente surte efeitos em outros ramos do Direito, como o Direito Sucessório.

A constituição da família gera direitos e deveres mútuos entre seus membros; isso se aplica a todas as suas espécies, mesmo as não disciplinadas por lei, com destaque à configuração da filiação afetiva, na qual a criança passa a ter os mesmos direitos – encontrados em analogia com os direitos do filho adotivo – referentes à filiação biológica para com o pai afetivo, nos quais compreende o direito à herança.

Esta era uma concepção irreal aos olhos do Código Civil de 1916, que atuava em detrimento de qualquer filho, mesmo biológico, que não fosse havido na constância do casamento, negando a eles todos os direitos, inclusive de participação na herança, sendo este um dos tópicos modificados pela Constituição Federal de 1988 e seguido pelo Código Civil de 2002 que mais foi relevante quanto à garantia de direitos de todos os filhos, o qual é o tema a ser tratado pelo presente capítulo.

### 2.1 DISTINÇÕES SUCESSÓRIAS ENTRE FILHOS: CÓDIGO CIVIL DE 1916 x CÓDIGO CIVIL DE 2002

O Direito das Sucessões foi tratado derradeiramente pelo Código Civil de 1916 e continuou como último Livro com a reforma deste no Código Civil de 2002. Tal livro trata, segundo Venosa (2006, p. 01), da sucessão *causa mortis*, quando são transmitidos os bens, direitos e obrigações do falecido a seus herdeiros. Nas palavras de Gonçalves (2014, s.p.), “o referido ramo do direito disciplina a transmissão do patrimônio, ou seja, do ativo e do passivo do *de cujus* ou autor da herança a seus sucessores”.

Assim, depreende-se que, com o falecimento de uma pessoa, seus bens e seus direitos, bem como suas dívidas e suas obrigações ainda não liquidadas, transmitem-se aos seus herdeiros, devendo estes cumprir com aquelas e saldá-las nos limites da herança deixada, como preleciona o artigo 1.792, primeira parte, do Código Civil de 2002.

Os herdeiros legitimados, desde o Código Civil de 1916, estiveram descritos em um rol taxativo e preferencial, elencado no artigo 1.603, *in verbis*:

Art. 1.603. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- I – aos descendentes;
- II – aos ascendentes;
- III – ao cônjuge sobrevivente;
- IV – aos colaterais;
- V – aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União.

Com a vigência do Código Civil de 2002, houve modificação neste artigo, que manteve a base do aludido rol taxativo e preferencial, mas com certos incrementos e a retirada do inciso V, como se vê a seguir:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- I – aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
- II – aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
- III – ao cônjuge sobrevivente;
- IV – aos colaterais.

Agora, vê-se que o cônjuge tem sua parte garantida na legítima junto aos descendentes e ascendentes, não mais excluído em razão destes, e que os entes federativos foram retirados do rol de sucessão. O que também se pode extrair da comparação entre os artigos dos dois códigos é a importância disposta em assegurar a herança dos descendentes, tendo estes preferência em relação aos outros parentes<sup>3</sup>.

O artigo 1.833 do Código Civil de 2002 preceitua que há um grau entre os descendentes – filhos, netos, bisnetos, etc. –, em que aqueles de “grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação”.

---

<sup>3</sup> Tamanha importância se deu à proteção da herança que o Código Civil de 2002, em seu artigo 426, veda a herança de pessoa viva, que não pode ser objeto de contrato. Ainda, o mesmo Código, nos moldes do artigo 1.782, impõe restrições aos pródigos quanto aos atos concernentes à administração financeira de seus bens, necessitando de curador para tal, a fim de evitar o esgotamento do patrimônio, mostrando que mesmo sem garantias quanto à herança de pessoas vivas, há um cunho patrimonial no Código Civil de 2002.

Essa representação se dá, segundo Gonçalves (2014, s.p.), quando um ou mais netos, filhos de um ou mais rebentos do sucedido, recebem a parte que àqueles caberiam da herança deste, caso fossem vivos. Exemplo: A é pai de B e C; B é falecido e pai de D e E; A vem a falecer; não deixando testamento, toda a sua herança será dividida entre C, D e E, só que D e E receberão a parte que caberia à B se fosse vivo; ou seja, C receberá metade da herança e D e E dividirão a outra metade, restando  $\frac{1}{4}$  para cada. É o que se pode extrair do artigo 1.835 do Código Civil de 2002, que copiou na íntegra o artigo 1.604 do Código Civil de 1916: “na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau”.

Além dos legitimados, existe um rol de herdeiros necessários não previsto no Código Civil de 1916, descrito pelo artigo 1.845 do Código Civil de 2002, que são os descendentes, os ascendentes e o cônjuge. Ao descrevê-los como necessários, o Código trouxe a inafastabilidade da sucessão destes por simples vontade do sucedido, sendo a eles pertencente metade da herança, que constitui a legítima, de acordo com o artigo 1.846 do mesmo dispositivo legal.

Esses herdeiros só podem ser descartados da sucessão em casos descritos em lei. Ambos os Códigos Civis de 1916 e de 2002 dispuseram, em seus artigos, situações que permitem a exclusão de herdeiros e legatários da sucessão:

Código Civil de 1916 Art. 1.595. São excluídos da sucessão os herdeiros, ou legatários:

- I – que houverem sido autores ou cúmplices em crime de homicídio voluntário, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar;
- II – que a acusaram caluniosamente em juízo, ou incorreram em crime contra a sua honra;
- III – que, por violência ou fraude, a inibiram de livremente dispor dos seus bens em testamento ou codicilo, ou lhe obstaram a execução dos atos de última vontade.

Código Civil de 2002 Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

- I – que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;
- II – que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;
- III – que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Vê-se que o Código Civil de 1916 permitia a supressão de herdeiros e de legatários da sucessão somente em casos de ofensa contra o sucedido, ou seja, somente quando a ofensa atingia o dono dos bens que viesse a formar a herança é que o ofensor poderia ser excluído da

sucessão. Já o Código Civil de 2002 trouxe para o rol de ofendidos os descendentes, ascendentes, cônjuges e companheiros daquele, permitindo a exclusão de qualquer pessoa que praticar afronta contra qualquer um deles. Agora, aquele que praticar ofensa contra marido, mulher, companheiro, companheira, filhos ou pais do autor da herança também está sujeito à exclusão da sucessão.

Em se tratando especificamente dos descendentes, o Código Civil de 1916 trouxe, em seu artigo 1.744, causas que autorizam a deserdação destes:

Art. 1.744. Além das causas mencionadas no artigo 1.595, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

I – ofensas físicas;

II – injúria grave;

III – desonestidade da filha que vive na casa paterna;

IV – relações ilícitas com a madrasta, ou o padrasto;

V – desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

O Código Civil de 2002 repetiu este dispositivo na forma do artigo 1.962, retirando, contudo, o inciso III, pois não mais condizente com a realidade da sociedade contemporânea. Assim, somente nos casos de ofensa física, injúria grave, relações ilícitas com a madrasta ou o padrasto e desamparo ao ascendente necessitado é que se é possível a exclusão dos filhos, herdeiros necessários, da sucessão do pai.

Quanto às diferentes espécies de filiação, o Código Civil de 1916 não dispunha da valorização do afeto que o Código Civil de 2002 possui, o que pode ser observado da análise de seu artigo 377, que trazia o pensamento de que, possuindo o adotante filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, não asseguraria que os filhos adotados teriam parte na sucessão hereditária.

Contudo, essa exclusão da sucessão, segundo Venosa (2006, p. 114), ocorria somente se o filho fosse adotado após o casal já ter concebido filhos legítimos. Caso fosse adotado anteriormente e o casal viesse a ter filhos biológicos, aquele receberia apenas metade da herança cabível a estes.

O pensamento do autor supracitado encontra embasamento no artigo 1.605, § 2º do Código Civil de 1916:

Art. 1.605. Para os efeitos da sucessão, aos filhos legítimos se equiparam os legitimados, os naturais reconhecidos e os adotivos.

[...]

§ 2º Ao filho adotivo, se concorrer com legítimos, supervenientes à adoção, tocará somente metade da herança cabível a cada um deles.

Ou seja, o filho adotivo se equiparava ao legítimo somente quando não havia outros filhos biológicos do casal adotante, pois a adoção, naquela época, era direcionada aos casais que não possuíam filhos. Portanto, aquele era privado dos mesmos direitos destes, caso viessem a concorrer.

Não somente o filho adotivo sofria descaso no Código Civil de 1916, mas também os pais adotantes em relação aos biológicos, caso os ascendentes passassem à sucessão. É o que dispunha seu artigo 1.609:

Art. 1.609. Falecendo sem descendência o filho adotivo, se lhe sobrevierem os pais e o adotante, àqueles tocará por inteiro a herança.  
Parágrafo único. Em falta dos pais, embora haja outros ascendentes, devolve-se a herança ao adotante.

Tal dispositivo desconsiderava qualquer vontade do filho, que se presume ter mais consideração com os pais adotivos do que com os biológicos, já que foram aqueles que o criaram e dispuseram de todo o carinho e atenção quando precisaram, dando a estes, se vivos, a integralidade da herança existente.

Além dos filhos adotivos, o Código Civil de 1916 repudiava igualmente os filhos incestuosos e adulterinos, como se extrai do seu artigo 358. Segundo Gonçalves (2014, s.p.), eram rechaçados a ponto de não poderem ser reconhecidos e muito menos chamados à sucessão.

Os filhos naturais também não poderiam suceder em igualdade com os legítimos, caso fossem reconhecidos após o casamento de seu genitor com outra pessoa (artigo 1.605, § 1º, do Código Civil de 1916), somente se reconhecidos anteriormente; e os adulterinos só poderiam se reconhecidos ao fim da sociedade conjugal (GONÇALVES, 2014, s.p.).

Dias (2015, p. 387) descreve com perfeição o momento histórico do Código Civil de 1916, a classificação dos filhos neste e seu direito sucessório:

A necessidade de **preservação do núcleo familiar** – leia-se, preservação do patrimônio da família – autorizava que os filhos fossem catalogados de forma absolutamente cruel. Fazendo uso de terminologia plena de discriminação, os filhos se classificavam em legítimos, ilegítimos e legitimados. Os ilegítimos, por sua vez, eram divididos em naturais ou espúrios. Os filhos espúrios se subdividiam em incestuosos e adulterinos. Essa **classificação** tinha como único critério a circunstância de o filho ter sido gerado dentro ou fora do casamento, isto é, o fato de a prole proceder ou não de genitores casados entre si. Assim, a situação conjugal do pai e da mãe refletia-se na identificação dos filhos: conferia-lhes ou subtraía-lhes não só o direito à identidade, mas também o direito à sobrevivência. [grifos da autora]

Com o advento da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, § 6º, a distinção entre os filhos foi rechaçada. Este dispositivo foi copiado na íntegra pelo Código Civil de 2002, na forma de seu artigo 1.596, reforçando a garantia de direitos iguais a todos os filhos, sendo eles biológicos ou adotados, e proibindo qualquer tipo de discriminação referente à filiação.

## 2.2 A NÃO DISTINÇÃO ENTRE OS FILHOS E A IGUALDADE SUCESSÓRIA ASSEGURADA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Da Constituição Federal de 1988 podem-se extrair vários princípios norteadores do Direito. Dentre eles, Gagliano e Filho (2014, s.p.) destacam o princípio da igualdade entre os filhos, contido no artigo 227, § 6º, *in verbis*:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.  
[...]  
§ 6.º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Tal princípio, segundo Farias e Rosenvald (2014, p. 130), traz concretização ao da dignidade da pessoa humana, novidade contida na Constituição Federal de 1988 e esquecida pelas constituições anteriores e pelo Código Civil de 1916.

Para Lôbo (2011, p. 217), a garantia da igualdade entre os filhos vem a ser

uma das mais importantes e radicais modificações havidas no direito de família brasileiro, após 1988. É o ponto culminante da longa e penosa evolução por que passou a filiação, ao longo do século XX, na progressiva redução de odiosas desigualdades e discriminações [...] É o fim do vergonhoso *apartheid* legal.

Enxerga-se, então, o fim da discriminação existente quanto aos filhos adotivos e ilegítimos no Código Civil de 1916, não restando espaço para tratamento desigual no que tange ao método pelo qual foi adquirido o *status* de filiação ou à renegação da paternidade, colocando-os em pé de igualdade com os filhos biológicos, assegurando a eles todos os direitos referentes à filiação.



Assim, Dias (2015, p. 50) preleciona que a palavra “filho” não pode mais vir acompanhada por nenhum adjetivo, não cabendo “falar em filhos legítimos, ilegítimos, naturais, incestuosos, espúrios ou adotivos. Filho é simplesmente ‘filho’”.

Com essa igualdade garantida pela Constituição Federal de 1988, Lôbo (2011, p. 273) diz estar a ordem jurídica brasileira optando pela valorização da família socioafetiva, visto que não se vê mais a filiação como “um dado da natureza, e sim uma construção cultural, fortificada na convivência, no entrelaçamento dos afetos, pouco importando sua origem. Nesse sentido, o filho biológico é também adotado pelos pais, no cotidiano de suas vidas”.

Neste sentido, depreende-se que o estado de parentalidade não é um mero estado biológico, e sim afetivo, pois mesmo o pai biológico escolhe cuidar, dar amor, carinho, ser pai de uma criança, ao invés de deixá-lo aos cuidados apenas do outro parente ou entregá-lo à adoção.

Garantida a isonomia entre os filhos, de acordo com Farias e Rosenvald (2014, p. 130), geram-se reflexos

no plano patrimonial e no campo existencial. Com isso, pondo fim às discriminações impostas aos filhos adotivos, a igualdade assegura que um filho tenha o mesmo direito hereditário do outro. Ou seja, não há mais a possibilidade de imprimir tratamento diferenciado aos filhos em razão de sua origem (biológica ou afetiva).

Vê-se, então, que a hostilidade com que os filhos adotivos e ilegítimos eram tratados antes do advento da Constituição Federal de 1988 não mais recebe espaço no direito contemporâneo. Extingue-se o pensamento de que aqueles não são dignos ou não merecem os mesmos direitos dos filhos legítimos e biológicos, valorizando-se o afeto ao pensamento mesquinho imposto pelo Código Civil de 1916, que priorizava a proteção ao patrimônio à situação de fato que é a família: instituição de afeto que visa à felicidade e à proteção de seus indivíduos, de caráter nada patrimonial e sim sentimental.

Com isso, Lôbo (2011, p. 84) destaca a constitucionalização do afeto devido à atenção disposta pela Constituição Federal de 1988 à proteção da família e da filiação de toda espécie:

Se todos os filhos são iguais, independentemente de sua origem, e têm assegurada a convivência familiar e solidária, é porque a Constituição afastou qualquer interesse ou valor que não seja o da comunhão de amor ou do interesse afetivo como fundamento da relação entre pai e filho. *A fortiori*, se não há qualquer espécie de distinção entre filhos biológicos e filhos não biológicos, é porque a Constituição os

concebe como filhos do amor, do afeto construído no dia a dia, seja os que a natureza deu, seja os que foram livremente escolhidos.

Destarte, abrangendo a igualdade descrita pelo § 6º do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, em seu artigo 1.834, garantiu expressamente, no campo sucessório, o direito de todos os filhos à herança em uniformidade quando preleciona que “os descendentes da mesma classe têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes”.

Quando cita “classe”, o artigo supracitado refere-se ao grau existente entre os descendentes, sendo de 1º grau os filhos, de 2º grau os netos, de 3º grau os bisnetos, e assim por diante. Essa palavra não mais remete a nenhum tipo de discriminação no tocante à filiação, pois isto não mais se discute frente à igualdade assegurada pela Constituição Federal de 1988.

Gonçalves (2014, s.p.) corrobora que o artigo 227, § 6º da Constituição Federal de 1988 trouxe a “equiparação de todos os filhos, com a proibição expressa de qualquer discriminação, inclusive no campo do direito sucessório [...] o [filho] adotivo poderá receber a herança ou o legado a que tem direito”. Com isso, todos os filhos herdarão em igualdade de condições.

O já citado princípio da afetividade vem conferir a segurança não só dos filhos, mas de toda a família. Como já dito, o afeto é o fato gerador das relações da família contemporânea, devendo essas relações que dele surgem serem asseguradas acima de qualquer outra quando se trata da família, pois, reiterando as palavras de Dias (2010, p. 43), ele é o traço diferenciador entre o direito obrigacional e o familiar.

Além do artigo 227, § 6º da Constituição Federal de 1988, já tratado em linhas anteriores, Lôbo (2011, p. 71) cita mais três dispositivos referentes à filiação que diz conterem em seus textos, implicitamente, o princípio da afetividade, quais sejam:

b) a adoção, como escolha afetiva, alçou-se integralmente ao plano da igualdade de direitos (art. 227, §§ 5º e 6º); c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo-se os adotivos, tem a mesma dignidade de família constitucionalmente protegida (art. 226, § 4º); d) a convivência familiar (e não a origem biológica) é prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente (art. 227).

Contudo, sabe-se que a Constituição Federal de 1988 não abrangeu todos os tipos de família e de filiação, devendo o intérprete do direito ter uma visão mais sensível quanto aos dispositivos que deles tratam, pois o Direito de Família é um vértice do Direito de difícil

acompanhamento para o legislador, visto que é o aspecto da sociedade que mais rapidamente sofre mudanças com o decorrer dos tempos.

Dias (2015) destaca o revolucionário, porém não tão contemporâneo artigo 227, § 6º da Constituição Federal 1988, que se limita à equiparação da filiação adotiva à biológica, se omitindo quanto a outros tipos de filiação. Desse modo, diz ser necessária uma interpretação sistemática para que se incluam analogicamente os filhos decorrentes de fecundação heteróloga e os afetivos, que estabelecem igualmente um vínculo de parentesco e, assim sendo, merecem os mesmos direitos, já que podem os filhos

provir de origem genética conhecida ou não, de escolha efetiva do casamento, de união estável, de entidade monoparental ou de outra entidade familiar implicitamente constitucionalizada. O *status* de filho pode ser conquistado com o nascimento em uma família matrimonialmente constituída, com a adoção, com o reconhecimento da paternidade, voluntário ou forçado, sem que a causa que deu ensejo ao vínculo que se estabelece entre pai, mãe e filho seja a consanguinidade (2015, p. 391).

Portanto, apesar do ideal ser a efetiva proteção às novas espécies de família e de filiação em um estatuto condizente à realidade contemporânea, não pode o jurista se omitir quanto a elas por não estarem expressas em nenhum diploma legal, sob pena de injustiça, devendo interpretar analogicamente as regras dispostas à adoção e aplicar a igualdade dos filhos a todos aqueles que deste posto fazem jus, pois se alguém toma posse do estado de pai para com uma criança que não é sua cria biológica é porque a consanguinidade para esta pessoa não importa, não restando que sejam as preocupações de cunho patrimonial sobrepostas ao afeto.

Finalmente, viu-se no presente capítulo que a reforma do Código Civil de 1916 trouxe importantes mudanças não só no Direito de Família, como visto anteriormente, mas também no campo sucessório, tendo o artigo 227, § 6º da Constituição Federal de 1988 – que decretou a igualdade entre todos os filhos – como base interpretativa do artigo 1.829, I do Código Civil de 2002 – que traz os descendentes como herdeiros legítimos. Não havendo, portanto, distinção entre estes, todos os filhos do *de cujus* têm o direito de participar da sucessão, inclusive os afetivos, situação essa que gera discussões no ordenamento jurídico quando estes possuem contato, igualmente, com seus pais biológicos, o que acarretaria no direito deles à herança dos dois pais – do afetivo e do biológico –, questão essa que será discutida no seguinte capítulo.

### **3 AS IMPLICAÇÕES DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO**

No decorrer deste trabalho até o presente momento, o estudo foi direcionado ao entendimento da importância e abrangência da família, desde o seu surgimento até os dias atuais, abordando momentos históricos marcantes e os direitos que a cercam, versando, principalmente, daqueles inerentes à filiação, para que se chegasse à plena compreensão do estudo do presente capítulo.

No intuito de melhor embasamento ao presente tema, foi necessária a demonstração do posicionamento de doutrinadores e estudiosos, que, em sua maioria, vêm em defesa do afeto e de suas relações, em especial a filiação afetiva, expressando o dever de garantia de seus direitos, mesmo quando em concomitância com a filiação biológica, concedendo a pluriparentalidade direitos inerentes de todos os pais envolvidos à criança.

Resta, então, demonstrar no presente capítulo o posicionamento do ordenamento jurídico frente aos casos em que o afeto é o mecanismo que rege as relações, diferenciando, entretanto, a configuração da filiação afetiva de uma relação apenas amistosa entre os envolvidos.

#### **3.1 RECONHECIMENTO JURÍDICO DO AFETO E OS CRITÉRIOS APLICADOS AO DIREITO À HERANÇA DOS PAIS BIOLÓGICO E AFETIVO**

A inserção do afeto na família e no âmbito jurídico já fora demonstrada no primeiro capítulo do presente trabalho, se dando, basicamente, com o advento da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 226 e 227, constando neles, implicitamente, segundo Lôbo (2011, p. 71), o princípio da afetividade.

Farias e Rosenvald (2014, p. 64), contudo, defendem que o afeto não possui o *status* de princípio jurídico exigível, uma vez que é sentimento espontâneo e de livre disposição; porém, sendo sim de grande importância para as decisões judiciais no âmbito do Direito de Família, mas não passível de exigência:

Ora, se princípio jurídico fosse, o afeto seria exigível, na medida em que todo princípio jurídico tem força normativa e, por conseguinte, obriga e vincula os sujeitos. Assim sendo, a afetividade permeia as relações jurídicas familiares, permite decisões e providências nela baseadas (como a concessão de guarda para quem

demonstra maior afetividade ou mesmo o reconhecimento de uma filiação em decorrência de sua presença). Contudo, não se pode, na esfera do Direito, impor a uma pessoa dedicar afeto (amor, em última análise) a outra.

Na linha deste pensamento, o afeto deve ser visto como um fato atrelado a relações jurídicas constantes no Direito de Família, e não como um dever, pois indisponível livremente, insuscetível de execução, não cabendo ele no direito obrigacional, e sim no campo familiar, disposto somente por aquele que o tem e àquele a quem é disposto.

Apesar desta concepção dos autores, Dias (2015, p. 52) não enxerga o princípio da afetividade – que, segundo ela, está ligado ao princípio fundamental da busca da felicidade – como sendo um princípio jurídico exigível entre as partes, e sim como o dever que o Estado possui de assegurar o afeto, criando instrumentos que “contribuam para as aspirações de felicidade das pessoas”.

Depreende-se, então, com base no posicionamento da autora supracitada, que o Estado tem o dever de “abrir as portas” para que as relações afetivas possam se concretizar e assegurar os direitos que delas provenham no âmbito do Direito de Família e em qualquer outro que, assim, venha a surtir efeitos, como nos casos de filiação socioafetiva, que reflete no campo sucessório.

Além dos dispositivos trazidos pela Constituição Federal de 1988 que Lôbo diz indicar o reconhecimento jurídico do afeto, Dias (2015, p. 53) aduz que, apesar de o Código Civil de 2002 não se utilizar da palavra “afeto”, “invoca a relação de afetividade e afinidade como elemento indicativo para a definição da **guarda** a favor de terceira pessoa (CC 1.584 § 5.º)”. [grifo da autora]

Com isso, pode-se deixar a criança aos cuidados de terceiro em detrimento de quaisquer laços de consanguinidade ou parentesco civil, se esta pessoa promove o aparato necessário à criança, se a acolhe como sua e se a ela dispõe toda a atenção e suporte que necessita.

Welter (*apud* DIAS, 2015, p. 53) também indica alguns dispositivos do Código Civil de 2002 que reconhecem o valor afetivo:

(a) ao estabelecer a comunhão plena de vida no casamento (CC 1.511); (b) quando admite outra origem à filiação além do parentesco natural e civil (CC 1.593); (c) na consagração da igualdade na filiação (CC 1.596); (d) ao fixar a irrevogabilidade da perfiliação (CC 1.604); e, (e) quando trata do casamento e de sua dissolução, fala antes das questões pessoais do que dos seus aspectos patrimoniais.

Pode-se citar, ainda, como exemplo de tutela jurídica do afeto pelo Estado, a Lei nº. 11.924/09, que inseriu ao artigo 57 da Lei de Registros Públicos o parágrafo oitavo, autorizando o enteado ou a enteada a requerer ao juiz competente a averbação do nome de família do padrasto ou da madrasta em seu registro de nascimento, sem prejuízo do nome de família e com expressa concordância deles.

Igualmente, a título exemplificativo, menciona-se a Lei nº. 12.398/11, que acrescentou o parágrafo único ao artigo 1.589 do Código Civil de 2002 e o inciso VII ao artigo 888 do Código de Processo Civil, reconhecendo o vínculo afetivo dos avós para com os netos e estendendo a eles o direito de visita.

Vê-se, assim, que o afeto é constante no ordenamento jurídico brasileiro, não sendo todas as relações que dele surgem regulamentadas porque é difícil para o Direito acompanhar as mudanças da sociedade, mas não podendo estas carecer de proteção jurídica por isso, como é o caso das espécies de famílias, que abrangem muito mais do que o constante em lei, sendo as relações de afeto incompatíveis

com o modelo único, matrimonializado, da família. Por isso, a afetividade entrou nas cogitações dos juristas, buscando explicar as relações familiares contemporâneas. [...] Na esteira dessa evolução, o direito das famílias instalou uma **nova ordem jurídica** para a família, atribuindo **valor jurídico ao afeto** (DIAS, 2015, p. 53).  
[grifos da autora]

Como acima referido por Dias, o Judiciário também tem enxergado a necessidade do reconhecimento do afeto nas questões jurídicas em que este repercute, a fim de garantia de direitos e de manutenção da justiça, tendo assim entendido em vários casos julgados em diversas instâncias, inclusive pela mais alta Corte brasileira, como no caso do julgado (BRASIL, STF, RE 477.554, j. em 16.08.2011) que será, a seguir, analisado por partes:

União civil entre pessoas do mesmo sexo - alta relevância social e jurídico-constitucional da questão pertinente às uniões homoafetivas - legitimidade constitucional do reconhecimento e qualificação da união estável homoafetiva como entidade familiar: posição consagrada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADPF 132/RJ e ADI 4.277/DF) - **o afeto como valor jurídico impregnado de natureza constitucional: a valorização desse novo paradigma como núcleo conformador do conceito de família - o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito e expressão de uma ideia-força que deriva do princípio da essencial dignidade da pessoa humana.**  
[grifo nosso]

Como se vê, logo no início do julgado já se consagra o valor jurídico do afeto com base constitucional nos princípios da dignidade da pessoa humana e do direito à busca da

felicidade, implícito neste. Depreende-se, então, que a pessoa tem o direito de realização individual e o Estado tem o dever de assegurá-la, criando aparatos para possibilitar a busca dessa realização e reconhecendo as relações que do afeto derivam.

[...] alguns precedentes do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte Americana sobre o direito fundamental à busca da felicidade - princípios de Yogyakarta (2006): direito de qualquer pessoa de constituir família, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero - direito do companheiro, na união estável homoafetiva, à percepção do benefício da pensão por morte de seu parceiro, desde que observados os requisitos do art. 1.723 do Código Civil.

Esta parte reza que todas as pessoas, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, têm o direito de formar uma família e que os componentes desta têm direitos inerentes de sua posição nesta, ou seja, um companheiro terá direito à pensão no caso de morte do outro, à sucessão deste, entre outros, desde que se configure a união estável nos moldes do artigo 1.723 do Código Civil de 2002, que exige, para tal, “convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

[...] o art. 226, § 3º, da Lei Fundamental constitui típica norma de inclusão - a função contramajoritária do Supremo Tribunal Federal no Estado Democrático de Direito - a proteção das minorias analisada na perspectiva de uma concepção material de democracia constitucional - o dever constitucional do Estado de impedir (e, até mesmo, de punir) “qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (CF, art. 5º, XLI) - a força normativa dos princípios constitucionais e o fortalecimento da jurisdição constitucional: elementos que compõem o marco doutrinário que confere suporte teórico ao neoconstitucionalismo.

Desta forma, a Corte entende que o contido no artigo 226, § 3º da Constituição Federal de 1988 – que reconhece a união estável entre homem e mulher – deve ser ampliado para abranger proteção às minorias, visto que, em seu artigo 5º, XLI, proíbe-se qualquer espécie de discriminação que atente contra direitos e liberdades fundamentais, o que confere ao Estado o dever constitucional de impedir que isto ocorra e até mesmo de punir, caso preciso, para que sejam assegurados.

[...] recurso de agravo improvido. Ninguém pode ser privado de seus direitos em razão de sua orientação sexual. - Ninguém, absolutamente ninguém, pode ser privado de direitos nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de sua orientação sexual. Os homossexuais, por tal razão, têm direito de receber a igual proteção tanto das leis quanto do sistema político-jurídico instituído pela Constituição da República, mostrando-se arbitrário e inaceitável qualquer estatuto que puna, que exclua, que discrimine, que fomenta a intolerância, que estimule o desrespeito e que desigale as pessoas em razão de sua orientação sexual.

Deste modo, a Corte rechaça a privação de direitos ou qualquer restrição de ordem jurídica em detrimento do cidadão por motivos de sua orientação sexual. Esse posicionamento demonstra a primazia do afeto na constância das relações jurídicas, afastando a possibilidade de se negar a pessoas homossexuais o direito à formação dessa união.

[...] Reconhecimento e qualificação da união homoafetiva como entidade familiar. - O Supremo Tribunal Federal – apoiando-se em valiosa hermenêutica construtiva e invocando princípios essenciais (como os da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação, da igualdade, do pluralismo, da intimidade, da não discriminação e da busca da felicidade) – reconhece assistir, a qualquer pessoa, o direito fundamental à orientação sexual, havendo proclamado, por isso mesmo, a plena legitimidade ético-jurídica da união homoafetiva como entidade familiar, atribuindo-lhe, em consequência, verdadeiro estatuto de cidadania, em ordem a permitir que se extraiam, em favor de parceiros homossexuais, relevantes consequências no plano do Direito, notadamente no campo previdenciário, e, também, na esfera das relações sociais e familiares.

Desta forma, reconhece-se a união homoafetiva como entidade familiar e se asseguram todos os efeitos jurídicos que dela possam surgir, seja no campo familiar, previdenciário, sucessório, entre outros.

[...] A extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto justifica-se e legitima-se pela direta incidência, dentre outros, dos princípios constitucionais da igualdade, da liberdade, da dignidade, da segurança jurídica e do postulado constitucional implícito que consagra o direito à busca da felicidade, os quais configuram, numa estrita dimensão que privilegia o sentido de inclusão decorrente da própria Constituição da República (art. 1º, III, e art. 3º, IV), fundamentos autônomos e suficientes aptos a conferir suporte legitimador à qualificação das conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo como espécie do gênero entidade familiar. - Toda pessoa tem o direito fundamental de constituir família, independentemente de sua orientação sexual ou de identidade de gênero. A família resultante da união homoafetiva não pode sofrer discriminação, cabendo-lhe os mesmos direitos, prerrogativas, benefícios e obrigações que se mostrem acessíveis a parceiros de sexo distinto que integrem uniões heteroafetivas. **A dimensão constitucional do afeto como um dos fundamentos da família moderna. - O reconhecimento do afeto como valor jurídico impregnado de natureza constitucional: um novo paradigma que informa e inspira a formulação do próprio conceito de família.** Doutrina. [grifo nosso]

Nesta parte, o julgado ratifica o dever constitucional do Estado de assegurar o direito à busca da felicidade, constante no princípio da dignidade da pessoa humana, devendo o indivíduo ser enxergado como cidadão, independente de orientação sexual, que tem direito à formação de sua família, visto que o conceito contemporâneo de família tem por base o afeto.

[...] Dignidade da pessoa humana e busca da felicidade. - O postulado da dignidade da pessoa humana, que representa - considerada a centralidade desse princípio essencial (CF, art. 1º, III) - significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte



que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País, traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo. Doutrina. - **O princípio constitucional da busca da felicidade, que decorre, por implicitude, do núcleo de que se irradia o postulado da dignidade da pessoa humana, assume papel de extremo relevo no processo de afirmação, gozo e expansão dos direitos fundamentais, qualificando-se, em função de sua própria teleologia, como fator de neutralização de práticas ou de omissões lesivas cuja ocorrência possa comprometer, afetar ou, até mesmo, esterilizar direitos e franquias individuais.** - Assiste, por isso mesmo, a todos, sem qualquer exclusão, o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito, que se qualifica como expressão de uma ideia-força que deriva do princípio da essencial dignidade da pessoa humana. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte Americana. Positivização desse princípio no plano do direito comparado. A função contramajoritária do Supremo Tribunal Federal e a proteção das minorias. - A proteção das minorias e dos grupos vulneráveis qualifica-se como fundamento imprescindível à plena legitimação material do Estado Democrático de Direito. - Incumbe, por isso mesmo, ao Supremo Tribunal Federal, em sua condição institucional de guarda da Constituição (o que lhe confere o monopólio da última palavra em matéria de interpretação constitucional), desempenhar função contramajoritária, em ordem a dispensar efetiva proteção às minorias contra eventuais excessos (ou omissões) da maioria, eis que ninguém se sobrepõe, nem mesmo os grupos majoritários, à autoridade hierárquico-normativa e aos princípios superiores consagrados na Lei Fundamental do Estado. Precedentes. Doutrina. [grifo nosso]

Assim, este julgado, que versa sobre o reconhecimento jurídico da união homoafetiva – um dos vários casos em que o afeto é o fato gerador de relações no âmbito do Direito de Família – invoca, para a garantia dos direitos inicialmente postulados, os princípios constitucionais “da igualdade, da liberdade, da dignidade, da segurança jurídica e do postulado constitucional implícito que consagra o direito à busca da felicidade” e reconhece “o afeto como valor jurídico impregnado de natureza constitucional”, ligando-o igualmente aos princípios do direito à busca da felicidade e da dignidade da pessoa humana, visto que aquele se irradia deste.

Aduz, ainda, que o princípio da busca da felicidade vem garantir e expandir os direitos fundamentais – considerando, inclusive, o afeto como fundamento da família moderna, sendo ele “um novo paradigma que informa e inspira a formulação do próprio conceito de família” – com o intuito de neutralizar qualquer prática ou omissão que “possa comprometer, afetar ou, até mesmo, esterilizar direitos e franquias individuais”, sendo este princípio garantido a todas as pessoas, igualmente, sem exclusão de qualquer cunho.

O reconhecimento das relações de afetividade no campo jurídico, aliás, sua constância, não é tarefa fácil, pois não há uma fórmula que se encaixe para que se chegue à conclusão de que ali há uma relação afetiva, daí a importância do magistrado na condução do processo, em especial quando da realização de audiências, pois ele poderá sentir o que

efetivamente está por trás de cada história levada ao Judiciário. Contudo, uma vez reconhecidas as relações de afetividade, em certos casos, até mesmo sobreposta à paternidade biológica, como se dá nos casos de adoção, em que a pessoa adotada tem direito de investigar sua fonte genética, mas essa não causa nenhum desfavor à paternidade já constante, como se pode interpretar no seguinte julgado:

Apelação cível. Ação de investigação de paternidade. Reconhecimento tão somente da paternidade biológica em razão da existência da paternidade socioafetiva com o pai registral. O reconhecimento do estado de filiação é um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, de sorte que até a pessoa adotada tem o direito constitucional de investigar sua filiação biológica (CF, § 6º do art. 227), sem que a decisão final passe necessariamente pela nulidade do registro, que se sobrepõe à paternidade biológica quando caracterizada a existência do vínculo afetivo. Caso em que apenas se reconhece o vínculo biológico entre a apelante e o investigado, sem qualquer outra consequência jurídica. Deram parcial provimento (RIO GRANDE DO SUL, TJRS, AC 70053501920, j. em 27.02.2014).

A priorização da afetividade à verdade biológica decorre do fenômeno tratado por Villela (1979, p. 400-418), denominado “desbiologização da paternidade”. Este autor defende que a parentalidade não decorre da natureza, apenas com a fecundação e o nascimento da criança – apesar de fonte de responsabilidade civil –, mas sim de um fato cultural, na disposição espontânea em amar e servir, citando, como exemplo, a passagem bíblica que retrata a situação entre duas mulheres que se diziam mães de uma criança, na qual o rei Salomão determinou que se cortasse a criança ao meio e distribuísse as partes às supostas mães, visando por à prova o amor das duas. Com isso, não procurou o rei “assentar a verdade biológica, senão, antes, surpreender a capacidade afetiva”, o que levou à certeza da verdadeira parentalidade – não biológica, mas afetiva, de fato – quando uma das mulheres abdicou de sua parte pela sobrevivência do filho. Uma das questões levantadas pelo autor ao defender a paternidade socioafetiva é: “quem de nós negaria tal condição àquele ou àquela que, sem qualquer participação procriativa, empenha a sua vida só para fazer sorrir uma criança?”.

Voltando ao posicionamento jurídico brasileiro nos casos de filiação afetiva, há casos, ainda, que seguem a mesma linha do julgado supracitado (RIO GRANDE DO SUL, TJRS, AC 70053501920), onde a pessoa possui um pai registral que não é o biológico e postula o reconhecimento deste posteriormente. Contudo, a complexidade do Direito de Família envolve inúmeras possibilidades dentro de um mesmo quadro, onde um só fato pode mudar o modo de enxergá-lo, como num caso decidido pela Terceira Turma do STJ em que uma mulher entrou com ação de investigação de paternidade após descobrir que o pai constante em seu registro de nascimento não era o biológico. Neste caso, apesar do não

detrimento da filiação afetiva em relação à biológica, entende-se que esta pessoa não tinha ideia de que o homem que chamou de pai a vida inteira não era aquele com quem dividia o mesmo sangue, tendo sido abstida da convivência com o pai biológico, sendo este caso configurado como de adoção “à brasileira”, que é a simulação de um estado natural, onde um dos pais ou ambos registram a criança como se suas fosse, ignorando os trâmites da adoção (COELHO, 2012, s.p.).

Diante disso, a ministra relatora Nancy Andrighi (BRASIL, STJ, 2014, *online*) esclareceu que,

embora não caiba a anulação do registro de nascimento (salvo na hipótese de erro), por iniciativa daquele que fez a declaração falsa, diante da voluntariedade expressada (artigo 1.604 do CC/02) e da necessidade de proteger os interesses do próprio adotado, se a pretensão for investigatória e advier da própria vontade do filho interessado, é assegurado a ele o direito à verdade e a todas as suas consequências, incluindo as de caráter patrimonial.

Portanto, depreende-se que o filho que foi primordialmente registrado pelo pai afetivo pode pleitear o reconhecimento posterior da paternidade biológica e obter direitos inerentes a esta sem que se percam aqueles que já possui com a paternidade afetiva, obtendo, em conjunto, direito às heranças dos dois pais.

Vistos casos de pluriparentalidade quando a criança é, originalmente, registrada pelo pai afetivo e, posteriormente, pleiteia o reconhecimento da paternidade biológica e a sua devida inclusão no registro de nascimento, resta observar casos em que essa ordem é invertida, com o registro original constando o pai biológico e a posterior caracterização de um vínculo de afetividade com outra pessoa, ou seja, da filiação afetiva.

Importante ressaltar primeiramente que a consagração da filiação afetiva é fato complexo, pois, como já dito, o afeto só é disposto quando a pessoa o tem e para quem ela o dispõe, não caracterizando a filiação afetiva com a falta do seu principal fator, qual seja o afeto.

Sobre a filiação afetiva, Dias (2015, p. 405) preleciona que esta

assenta-se no reconhecimento da posse de estado de filho: a crença da condição de filho fundada em laços de afeto. A posse de estado é a expressão mais exuberante do parentesco psicológico, da filiação afetiva. A maternidade e a paternidade biológica nada valem frente ao vínculo afetivo que se forma entre a criança e aquele que trata e cuida dela, lhe dá amor e participa de sua vida.

Ainda, Lôbo (2011, p. 237) traz em forma de requisitos essa caracterização:

A aparência do estado de filiação revela-se pela convivência familiar, pelo efetivo cumprimento pelos pais dos deveres de guarda, educação e sustento do filho, pelo relacionamento afetivo, enfim, pelo comportamento que adotam outros pais e filhos na comunidade em que vivem. De modo geral, a doutrina identifica o estado de filiação quando há *tractatus* (comportamento dos parentes aparentes: a pessoa é tratada pelos pais ostensivamente como filha, e esta trata aqueles como seus pais), *nomen* (a pessoa porta o nome de família dos pais) e *fama* (imagem social ou reputação: a pessoa é reconhecida como filha pela família e pela comunidade; ou as autoridades assim a consideram). Essas características não necessitam estar presentes, conjuntamente, pois não há exigência legal nesse sentido e o estado de filiação deve ser favorecido, em caso de dúvida.

Portanto, para a caracterização da filiação socioafetiva é necessário que o filho e o pai se tratem como tal, utilizando-se o filho do sobrenome do pai socioafetivo, sendo aquele reconhecido pela sociedade como filho deste. Contudo, estes requisitos não são cumulativos, bastando, por exemplo, que se tratem como pai e filho e que a sociedade assim os veja.

No sentido de busca da caracterização da filiação afetiva no âmbito jurídico, aduz o julgado em seguida:

Reconhecimento de filiação socioafetiva *post mortem*. Estado de filha. Ausência de prova. Improcedência do pedido. I - Ação de reconhecimento de filiação socioafetiva *post mortem* ajuizada com o intuito de ser reconhecido o estado de filha, para fins de habilitação à pensão alimentar. II - Não ficou demonstrado que o casal falecido pretendeu ter a autora como filha, nem a tratava desse modo, mas como afilhada, por isso improcede o pedido de reconhecimento da filiação socioafetiva. III - Apelação improvida (TJDF, AC 659434820078070001, j. em 27.10.2010).

Neste caso, apesar de o casal em questão nutrir grande apreço pela postulante, não havia o *animus*, a intenção de havê-la como filha, nem mesmo o afeto comparável ao que se dispõe a um filho, não restando caracterizado nenhum dos três requisitos supramencionados por Lôbo, o que impede a constituição, portanto, da filiação socioafetiva.

Um caso julgado pela Vara da Infância e Juventude de Cascavel – PR tratou de reconhecimento de filiação afetiva sendo que o adolescente já tinha em seu registro o nome do pai biológico. Foi postulada ação de adoção requerida pelo pai afetivo, emendada com pedido de manutenção da paternidade biológica, com intenção de apenas acrescentar o nome do pai afetivo ao registro do filho, lhe conferindo seu sobrenome. A ação foi julgada procedente e, com isso, o adolescente passou a possuir em seu registro de nascimento o nome do pai e dos avós afetivos em conjunto com os pais e avós biológicos e a gozar de todos os direitos de filho para com os dois pais (PARANÁ, Ação de Adoção 0038958-54.2012.8.16.0021, j. em 20.02.2013).

Assim, reforçando o posicionamento deste julgado, Dias (2015, p. 409) diz que,

identificada a **pluriparentalidade** ou **multiparentalidade**, é necessário reconhecer a existência de múltiplos vínculos de filiação. Todos os pais devem assumir os encargos decorrentes do poder familiar, sendo que o filho desfruta de direitos com relação a todos. Não só no âmbito do direito das famílias, mas também em sede sucessória. [grifos da autora]

No mesmo sentido, Farias e Rosenvald (2014, p. 624) julgam ser necessário

perceber que uma consequência natural da admissibilidade da tese da pluripaternidade é o reconhecimento de uma **multi-hereditariedade**, na medida em que seria possível reclamar herança de todos os seus pais e de todas as suas mães. Isto sem esquecer a possibilidade de pleitear alimentos, acréscimo de sobrenome, vínculos de parentesco... [grifo dos autores]

Deste modo, imprescindível o reconhecimento da filiação socioafetiva quando caracterizada; e havendo coexistência com a filiação biológica, todos os direitos referentes às duas devem ser garantidos, pois “o sentimento de solidariedade recíproca não pode ser perturbado pela preponderância de interesses patrimoniais” (DIAS, 2015, p. 52).

Ante todo o exposto no presente tópico, foi possível compreender que o afeto é resguardado implicitamente em vários dispositivos encontrados no ordenamento jurídico brasileiro, e que a doutrina e a jurisprudência o consagram e consideram a sua relevância jurídica importantíssima, pois fato caracterizador de relações constantes no Direito de Família, surtindo efeitos em vários outros campos do Direito, inclusive no sucessório, o que não é afastado quando da constância da pluriparentalidade, pois esta acrescenta direitos provenientes do reconhecimento posterior de uma parentalidade, seja biológica ou afetiva, e não os limita.

Esclarecido o direito à herança frente à questão da pluriparentalidade, resta agora que seja explanada a consequência desta no campo sucessório quanto aos demais membros das famílias, demonstrando a parte que cabe a cada um destes quando aberta a sucessão.

### 3.2 DIFERENÇA QUANTO AO QUINHÃO REFERENTE AOS FILHOS UNILATERAIS E BILATERAIS NA SUCESSÃO

Vê-se necessário o estudo do presente tópico no que se refere à análise da constitucionalidade da diferença sucessória entre irmãos unilaterais e bilaterais contida no artigo 1.841 do Código Civil de 2002, visto que os filhos têm isonomia assegurada pelo artigo 227, § 6º da Constituição Federal de 1988 e igualdade sucessória entre os descendentes, disposta pelo artigo 1.834 do Código Civil de 2002, sendo os irmãos igualmente ligados por

um elo de filiação. Resta, então, saber se estes artigos não seriam aplicados aos irmãos na mesma medida em que são aplicados aos filhos.

Segundo Farias e Rosenvald (2014, p. 550), irmãos unilaterais são aqueles em que o parentesco decorre de apenas um dos pais, enquanto o dos irmãos bilaterais decorre dos dois. Ou seja, irmão unilateral é o popular “irmão por parte de mãe/pai”, e irmão bilateral é aquele proveniente dos mesmos troncos de ancestralidade, mesmo pai e mãe – ou pais, mães, pais e mãe, mães e pai.

Disto decorre uma diferenciação entre os direitos sucessórios desses irmãos, como reza o artigo 1.841 do Código Civil de 2002: “Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar”. Sendo assim, tendo o falecido um irmão bilateral e um unilateral e não deixando descendentes nem ascendentes, àquele caberá 2/3 da herança e a este caberá 1/3.

Essa diferença, segundo Farias e Rosenvald (2014, p. 550), é justa e não viola a igualdade constitucional disposta aos filhos, “pois reflete um tratamento diferenciado imposto a pessoas que estão em situação diferenciada”, isso no campo sucessório, não cabendo diferenciação no campo familiar.

Coelho (2011, s.p.) se abstém da discussão, se atendo à letra da lei quando diz apenas que, “concorrendo na sucessão irmãos bilaterais e unilaterais, estes últimos têm direito a quota hereditária correspondente à metade da destinada aos primeiros”. Na mesma linha, Gonçalves (2014, s.p.):

Se concorrerem à herança **irmãos bilaterais** ou **germanos**, isto é, filhos do mesmo pai e da mesma mãe, com **irmãos unilaterais**, ou seja, irmãos por parte apenas do pai (**consanguíneos**) ou apenas da mãe (**uterinos**), “**cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar**”, segundo dispõe o art. 1.841 do Código Civil. [grifos do autor]

A maioria da doutrina segue a linha de que o dispositivo em questão do Código Civil de 2002 é constitucional e perfeitamente entendível, justo até, já que os irmãos bilaterais partilham da mesma herança e os unilaterais da herança de apenas um pai.

Contudo, essa subdivisão da irmandade em categorias não se faz correta, pois há outros direitos concernentes à colateralidade em que não se influi tal categorização, como exemplifica Lôbo (2011, p. 210):

No Código Civil, o parente colateral até o quarto grau pode exigir que cesse a ameaça ou a lesão a direito da personalidade de parente morto e reclamar perdas e

danos (art. 12); os parentes colaterais até o terceiro grau estão impedidos de casar (art. 1.521, IV); os parentes colaterais até o segundo grau estão incluídos na obrigação de prestar alimentos a seus parentes, quando não houver descendentes ou ascendentes que possam suportar o encargo (art. 1.697); os parentes até o quarto grau são herdeiros do morto, na falta de descendentes, ascendentes, cônjuge ou companheiro (art. 1.839); os parentes colaterais até o quarto grau (a lei se refere a qualquer parente) podem promover a interdição dos sujeitos a curatela (art. 1.768).

Destarte, tendo os irmãos, tanto unilaterais como bilaterais, obrigação alimentar para com outro irmão que não possa se sustentar e nem a ele seus descendentes ou ascendentes, assim como tendo poder de interdição sobre outros irmãos, sem sobrepor a estes direitos e deveres a questão da unilateralidade ou bilateralidade, pode-se entender que não deveriam sofrer essa distinção no tocante à sucessão, pois configura “discriminação que não encontra guarida no § 6º do art. 227 da Constituição Federal de 1988 e em contradição com o art. 1.593 do próprio Código [Civil de 2002]” (LÔBO, 2011, p. 209).

Visando a premissa de que se deve tratar de maneira igual os iguais e de maneira desigual os desiguais, Tartuce e Simão (2013, s.p.) alegam que essa separação entre os irmãos não viola a igualdade constitucional, visto que “os irmãos bilaterais e unilaterais estão em situação de desigualdade fática, justificando-se o tratamento desigual que lhe é dado quanto à herança”.

Contudo, neste caso, deve-se estender a interpretação da letra da lei, pois “a simples interpretação gramatical corresponde a ouvir música utilizando um pequeno rádio mono”, onde se consegue escutar a música, mas não os detalhes, os sons dos instrumentos que a compõem. O que se pode extrair do artigo 1.841 do Código Civil de 2002 é que o legislador tentou promover a justiça ao delimitar os irmãos unilaterais à parte concorrente da herança, qual seja o pai em comum, excluindo a possibilidade de partilhar herança referente à outra parentalidade, da qual não compartilham. Contudo, acabou por ser injusto – e até mesmo contrário à Lei – ao pregar tal desigualdade (JÚNIOR, 2004, *online*).

É o que se pode depreender da análise profunda do artigo 227, § 6º da Constituição Federal de 1988, que traz a igualdade entre os filhos obtidos por qualquer meio – civil ou biológico –, entendendo-se que qualquer norma que venha a repetir o consagrado no artigo 1.605 do revogado Código Civil de 1916 – no qual o filho adotivo, concorrendo com filhos legítimos nascidos após a adoção, teria direito somente à metade da herança cabível a cada um deles – está eivada de inconstitucionalidade (JÚNIOR, 2004, *online*).

Em outras palavras, da filiação, que é a relação de parentesco entre pais e filhos, resultam outras relações igualmente de parentesco, tanto em linha reta *ad infinitum*,

como na linha colateral, o que abrange as relações entre os próprios filhos entre si. Dessas relações resultam direitos, direitos iguais consoante o mandamento constitucional e oponíveis contra todos, inclusive os próprios irmãos (JÚNIOR, 2004, *online*).

Na mesma linha, Lisboa (2012, s.p.) preleciona:

Prevalece o princípio constitucional da igualdade de tratamento e da não discriminação entre os filhos havidos do casamento e fora dele, razão pela qual não se justifica, na sucessão de colaterais, que os irmãos unilaterais herdem apenas a metade daquilo a que têm direito os filhos de mesmos pais. Pouco importa se os filhos são bilaterais ou unilaterais. Como irmãos, todos têm direito ao recebimento de quinhão hereditário igual.

Portanto, não se faz justa tal distinção, visto que os filhos têm tratamento igualitário assegurado pela Constituição Federal de 1988 e os irmãos são unidos por laços decorrentes da filiação, o que justifica, em parte, a inconstitucionalidade do artigo 1.841 do Código Civil de 2002. “Nada justifica assegurar aos irmãos direitos sucessórios diferenciados, principalmente quando a obrigação alimentar dos irmãos germanos e unilaterais é a mesma (CC 1.697). A discriminação, além de inconstitucional, é, sem dúvida, injusta” (DIAS, 2015, p. 383).

Pôde-se, por fim, depreender, através de uma interpretação mais abrangente do artigo 1.841 do Código Civil de 2002, que o mesmo é dotado de inconstitucionalidade tendo em vista a igualdade entre os filhos pregada pela Constituição Federal de 1988 e a repetição substancial de norma já revogada, qual seja o artigo 1.605 do Código Civil de 1916, além de contrária a outros dispositivos legais constantes no Código Civil de 2002, que obriga os irmãos, unilaterais ou bilaterais, a prover alimentos a outro irmão quando este não tiver condições de sustento próprio e não os receber de seus ascendentes ou descendentes, além de possuírem, indistintamente, o dever de interdição para efeitos de curatela.

### 3.3 O POSICIONAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA QUANTO À HERANÇA NOS CASOS DE FILIAÇÃO AFETIVA E BIOLÓGICA

Chega-se, finalmente, ao ponto crucial de estudo do presente trabalho, verificando o posicionamento do Judiciário brasileiro no que se refere ao direito do filho afetivo que também mantém vínculos com o pai biológico – ou seja, nos casos de pluriparentalidade – à herança desses dois pais.

Nos dizeres de Dias (2015, p. 409-411),



coexistindo vínculos parentais afetivos e biológicos, mais do que apenas um direito, é uma obrigação constitucional reconhecê-los, na medida em que preserva direitos fundamentais de todos os envolvidos, sobretudo a dignidade e a afetividade da pessoa humana. [...] Esta é uma realidade que a Justiça já começou a admitir: o estabelecimento da filiação pluriparental quando verificada que a **posse de estado de filho**, sem excluir o vínculo com o genitor. [grifo da autora]

O primeiro caso de reconhecimento de pluriparentalidade no Brasil ocorreu na cidade de Ariquemes, em Rondônia, no qual a mãe biológica da criança entrou com ação de investigação de paternidade cumulada com anulatória de registro civil, pleiteando a retirada do nome do pai afetivo da certidão de nascimento da criança para que se colocasse o do pai biológico.

Ajuíza, neste caso, reconheceu ser o registro do pai afetivo um caso de adoção à brasileira, não tendo havido erro, dolo ou coação, decidindo ele, por vontade própria, registrar como sua criança que não partilha dos mesmos genes. Assim, mesmo sabendo da não existência do vínculo biológico, o pai registral acolheu afetivamente a criança, tomando posse do estado de pai, a reconhecendo como filha e vice versa.

Contudo, o pai biológico também demonstrou interesse em registrar e conviver com a criança, lhe dando presentes e a levando, inclusive, para conhecer o resto de sua família. Ainda, o parecer psicológico e social confirmou a vontade da criança de manter laços com o pai afetivo, mas também a sua ansia de conhecer melhor o outro pai e sua família biológica.

Ante todo o exposto no referido processo, a juíza decidiu por manter o nome do pai registral, visto que “a pretendida declaração de inexistência do vínculo parental entre a autora e o pai registro afetivo fatalmente prejudicará seu interesse, que diga-se, tem prioridade absoluta”, e de acrescentar o nome do pai biológico na certidão de nascimento, pois a criança também tinha interesse em se aproximar dele e de sua família biológica, que estavam igualmente dispostos em recebê-la no seio familiar, o que, conseqüentemente, conferiu à criança todos os direitos referentes à paternidade dos dois pais, incluído o sucessório (RONDÔNIA, processo n. 0012530-95.2010.8.22.0002, j. em 13.03.2012).

Correto agiu a juíza, pois a afetividade não merece sofrer detrimento em favor da verdade biológica, tanto que assegurado ao filho adotivo investigar sua origem genética, mas sem prejuízo para seus pais adotivos, que dispuseram a ele toda a estrutura e o afeto de uma família, o que não se pode desconsiderar meramente por características de genes.

Dias (2015, p. 389) retrata com perfeição o que realmente é ser um pai quando diz: “Toda paternidade é necessariamente socioafetiva, podendo ter origem biológica ou não. Em outras palavras, a paternidade socioafetiva é **gênero** do qual são **espécies** a paternidade

biológica e a paternidade não biológica” [grifos da autora]. Portanto, para ser pai, é necessário, sobretudo, carinho, disposição, amor, comprometimento com esse estado, podendo o filho partilhar ou não de seus genes, sendo esta análise de caráter secundário, visto que é espécie do gênero socioafetivo.

Outro julgado de reconhecimento da pluriparentalidade ocorreu em Rio Branco, no Acre. Os pais da criança entraram com pedido de homologação de transação extrajudicial, ou seja, queriam apenas que o juiz reconhecesse juridicamente a vontade reinante entre eles de garantirem os direitos da criança frente a todos os pais; pedido este que restou favorável pela inclusão do nome do pai biológico e a manutenção do nome do pai registral. Assim explica:

Não havendo inexorável vinculação entre a função parental e a ascendência genética, mas concretizando-se a paternidade atividade voltada à realização plena da criança e do adolescente, não se pode conceber como legítima a recusa da multiparentalidade. Basta ver que a família contemporânea é mosaico e, portanto, baseia-se na adoção de um explícito poliformismo, em que arranjos pluriparentais, plurívocos, multifacetados, pluralísticos, são igualmente aptos a constituir um núcleo familiar, merecendo “especial proteção do Estado”, como resulta do próprio art. 226, da CF/88. [...] A inclusão de ambos os pais do menor em seu assento de nascimento viabilizará a formalização de todos os vínculos, dos quais resultarão efeitos materiais, sociais e econômicos, tais como os direitos a alimentos e sucessórios, dentre outros próprios do elo familiar (ACRE, processo n. 0711965-73.2013.8.01.0001, julgado em 24.06.2014).

No caso em questão, a criança já tinha em seu registro o pai afetivo, descobrindo posteriormente o biológico, que concordou com a inclusão de seu nome na certidão de nascimento da criança sem detrimento do nome do pai registral, restando ao juiz apenas a homologação do acordo extrajudicial, o que o fez, passando, assim, a constar os nomes dos dois pais no registro de nascimento da criança, gerando direitos e deveres a ambos os pais e à criança em todos os campos em que a parentalidade e a filiação repercute, inclusive no sucessório.

Seguindo a linha do caso supracitado, na cidade de Rio Verde, em Goiás, foi assegurada a uma criança a inclusão do nome de seu pai biológico, posteriormente reconhecido, sem prejuízo ao nome do seu pai registral, qual seja o afetivo. Ocorre que esta nasceu, pouco tempo após o término do relacionamento de seus pais biológicos, tendo sido registrada pelo pai afetivo, com quem a mãe biológica mantinha relacionamento à época. Com o passar do tempo, o pai biológico percebeu a falta de semelhança física entre o pai afetivo e a criança; entrando em consenso com a mãe e o pai registral desta, realizou exame de DNA, que restou positivo; requereu, então, o reconhecimento judicial da paternidade, sem detrimento,

contudo, do nome do pai registral, com quem a criança mantinha vínculo afetivo. A juíza decidiu favoravelmente ao pleito, determinando apenas que fosse inserido na certidão de nascimento o nome do pai biológico, mantendo, contudo, o do afetivo (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, 2015, *online*).

Mais uma ocorrência de reconhecimento da pluriparentalidade se deu em Fortaleza, no Ceará, na qual a mãe biológica da criança veio a falecer e o pai se recusou a cuidar da infanta, sendo esta cuidada por um casal que, posteriormente, entrou com processo de adoção. A criança expressou o desejo de continuar com o nome da mãe biológica em seu registro de nascimento, pois nutria grande carinho por esta, além de ter como pais os adotantes. Com pedido de manutenção do nome da mãe biológica e reconhecimento dos pais adotivos pela Defensoria Pública e parecer favorável do Ministério Público, a juíza determinou o cancelamento do registro original da criança e a constância, em um novo, dos pais adotivos e da mãe biológica, destituindo o poder familiar do pai biológico pelo abandono. Explicou, ainda, a magistrada sobre a presente decisão:

Não se trata evidentemente de criar situações jurídicas inovadoras, fora da abrangência dos princípios constitucionais e legais. Trata-se de um fenômeno de nossos tempos, da pluralidade de modelos familiares, das famílias reconstituídas, o que precisa ser enfrentado, cedo ou tarde, também pelo Direito (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, 2015, *online*).

Importante ressaltar que a multiparentalidade confere aos envolvidos todos os direitos inerentes à parentalidade e à filiação, sejam eles os alimentícios, os sucessórios, os de visita, o poder familiar, entre outros, tendo a criança, então, direito à herança de todos os seus pais, e todos os pais o direito de visitação, o dever de prestar alimentos, de educar, de providenciar uma vida digna e convivência saudável, amorosa, respeitosa a seu filho.

Deste modo, ao analisar os julgados do presente tópico, tem-se claro que a jurisprudência brasileira está mais avançada do que sua legislação, pois esta não tem como acompanhar o desenvolvimento da sociedade na medida em que acontece, tendo aquela de suprir as lacunas e assegurar a justiça, não podendo, ainda, o juiz se abster de julgar caso que seja levado ao judiciário, devendo decidir “de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito” (artigo 4º, LINDB).

Contudo, não podem os legisladores deixar que o direito se atrase propositalmente, não podem se abster de assegurar direitos tão consideráveis à sociedade contemporânea, considerados pela doutrina majoritária como direitos fundamentais, assegurados

constitucionalmente na figura do princípio da dignidade humana, da igualdade, do direito à busca da felicidade, entre outros; direitos esses necessários à formação do indivíduo, de seu caráter, devendo ser assegurados não só quando pleiteados, mas porque inerentes à pessoa humana, pois abrange o afeto, que não é coisa exigível, simplesmente se doa<sup>4</sup>.

Welter (2012, p. 140) traz, nessa linha, a Teoria Tridimensional do Direito de Família, na qual explica ser o indivíduo pertencente a três mundos: o genético, o afetivo e o ontológico. É pertencente ao mundo genético, pois é um ser vivo, composto por células, dotado de instintos, mas o que o torna humano são os outros dois mundos a que pertence, não estando neles nenhum outro ser vivo. No mundo afetivo, vem a conviver em sociedade, a compreender, dialogar, entender, se solidarizar, amar, perdoar, conhecer do afeto e do desafeto. Já no mundo ontológico é o mundo pessoal do ser humano, dotado da busca ao autoconhecimento, de sua individualidade, “é o modo de ser e de estar-aí-no-mundo”.

Sob esse prisma, Welter (2012, p. 144) defende a pluriparentalidade:

[...] A paternidade genética não pode se sobrepor à paternidade socioafetiva e nem esta pode ser compreendida melhor do que a paternidade biológica, já que ambas são iguais, não havendo prevalência de nenhuma delas, porque fazem parte da condição humana tridimensional, genética, afetiva e ontológica. Assim, não reconhecer essas duas paternidades, ao **mesmo tempo**, com a concessão de ‘todos’ os efeitos jurídicos, é negar a existência tridimensional do ser humano, que é reflexo da condição e da dignidade humana, na medida em que a tridimensionalidade humana, genética, afetiva e ontológica, é tão irrevogável quanto a vida, pois faz parte da trajetória da vida humana. [grifo do autor]

Assim, ante todo o exposto no presente capítulo, contempla-se a tutela jurídica do afeto, sendo este, nos casos de filiação afetiva, até mesmo sobreposto ante a verdade real quando se trata de adoção, concedendo ao adotado o direito à busca da verdade biológica somente para fins de reconhecimento da mesma, sem detrimento da afetividade. Ainda, nota-se presente o afeto nas relações paterno-filiais no direito sucessório, que não distingue os filhos adquiridos sob qualquer que seja a forma sob a premissa de que “filho é filho”, não podendo existir, igualmente, a distinção sucessória entre irmãos unilaterais e bilaterais sob a égide de que partilham do mesmo pai/mãe, independente se partilhar dos dois ou somente de um, devendo seguir a linha da não distinção entre os filhos assegurada pela Constituição Federal de 1988 e da igualdade sucessória assegurada pelo Código Civil de 2002.

---

<sup>4</sup> Um exemplo de atraso pelo legislador é o atual projeto do Estatuto da Família (PL 6.583/13), que deixa de tutelar as diversas espécies de família e define entidade familiar como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, sendo este – se aprovado – uma notável regressão do ordenamento jurídico brasileiro, totalmente desvinculado à realidade contemporânea. Esta definição de família é, atualmente, alvo de enquête no site da Câmara dos Deputados, a qual tem o intuito de inteirar-se da opinião pública sobre a mesma.

Demonstra-se, também, no tocante aos casos de multiparentalidade, que a jurisprudência brasileira tem se mostrado favorável à tutela do afeto e do interesse da criança. Esses casos, apesar de poucos – no tocante aos que se mostraram ao judiciário brasileiro, não à sua constância na sociedade –, demonstram a realidade da família brasileira contemporânea, multifacetada, de vários formatos, que privilegia o afeto à institucionalização da família, não se prendendo a um modelo e expandindo o seu conceito. O Judiciário tem, portanto, abraçado a ideia de que a família se encaixa nos moldes do afeto, e não o afeto aos moldes da família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia da primazia do afeto é fato recente na sociedade contemporânea, tanto que há poucos anos se tem notado a sua externalização mais frequente por meio de canais informativos, seja uma novela com um casal homossexual ou com um caso de adoção por pessoa solteira – família monoparental –, um comercial que demonstra carinho em uma troca de presentes entre pessoas do mesmo sexo, e até mesmo em desenhos infantis, como é o caso do filme *Frozen – Uma Aventura Congelante*, que quebrou o tabu da relação entre príncipe e princesa para trazer o amor entre irmãs, que vem a ser o ensinamento final do filme, reforçando os laços de afeto que envolvem a família. Todos estes exemplos trazem consigo uma visão contemporânea de sobrepor o afeto a qualquer outro interesse.

Destaca-se do presente trabalho a importância do afeto no âmbito familiar, na realização pessoal do ser humano, não se atendo este à antiga instituição familiar da época em que a economia era essencialmente agrícola e o casamento era visto como uma instituição obrigatória, que visava a obtenção de mão de obra no campo e a continuidade do nome do patriarca. Hoje, o indivíduo se recusa a viver dentro de um padrão se este não o realiza pessoalmente e afetivamente – necessitando fazer parte de um mundo além do genético, se encaixando também no afetivo e ontológico, como reza a Teoria Tridimensional do Direito de Família –, o que leva, conseqüentemente, à realização da família como um todo.

Assim, não pode o legislador e nem o Judiciário fechar os olhos frente às mudanças da sociedade contemporânea; aqueles devem acompanhar esta; a família não pode carecer de tutela, pois é bem inestimável ao Estado, já que são os seus indivíduos que o formam e que atuam em seu desenvolvimento.

Neste sentido, deu-se um passo importante rumo ao progresso com o advento da Constituição Federal de 1988, que trouxe mudanças significativas no tocante ao Direito de

Família, tutelando diferentes espécies de família, abrindo espaço para que outras fossem tuteladas, assegurando o direito à busca da felicidade, e proibindo a distinção entre os filhos, igualando seus direitos, revogando disposições contrárias e arcaicas contidas no Código Civil de 1916 e acelerando a sua reforma ao Código Civil de 2002, que trouxe, inclusive, a igualdade sucessória entre irmãos de qualquer origem.

Essas mudanças revolucionaram o Direito em vários aspectos, mas continuou a carecer em outros, como a falta de tutela expressa de todas as espécies de família – principalmente a homoafetiva, que é a que mais sofre com as barreiras do tradicionalismo ainda muito forte na sociedade contemporânea – e da filiação afetiva, a distinção sucessória entre os irmãos disposta pelo Código Civil de 2002, contrariando a igualdade assegurada na Constituição Federal de 1988, entre outros.

Hoje, vive-se um embate, entre a omissão legislativa, o reconhecimento dos direitos inerentes à família pelo Judiciário e o conservadorismo, que muitas vezes prefere o abandono ao “excesso” de amor. Contudo, pode-se enxergar uma lenta mudança ocorrendo, já havendo alguns casos de posicionamento favorável em processos que versam sobre relações afetivas, como de união civil de casais homossexuais, de adoção por parte deles, de reconhecimento da filiação afetiva e de reconhecimento da pluriparentalidade em razão da relação afetiva tanto com o pai biológico quanto com o socioafetivo. Essas pequenas mudanças têm tomado forma e aceitação, vislumbrando-se, assim, uma futura sociedade – juridicamente, ao menos – mais igualitária e tolerante.

Nada mais justo do que tutelar essas relações, haja vista que, apesar de não regulamentadas, também não são proibidas por lei, além do que nenhum prejuízo traz, pelo contrário, somente assegura o direito à busca da felicidade, à dignidade da pessoa humana, conferindo proteção aos cidadãos e às entidades familiares regidas pelo afeto e que este primam. Assim, conferindo à criança o *status* pluriparental, não se está apenas disponibilizando a ela os direitos inerentes à parentalidade, se está assegurando, também, o direito ao afeto, a uma família que lhe dê a estrutura necessária para a sua formação como ser humano.

O bom senso é escasso na sociedade, as pessoas não devem impor ao mundo uma verdade única, pois a verdade é relativa. Uma pessoa não pode querer impedir a regulamentação do casamento homossexual por crer ser uma “coisa anormal”, pois esta não é a realidade do casal; não pode impedir que o casal adote uma criança por razões de moral, sendo que sobram crianças nos orfanatos, porque pessoas heterossexuais as abandonaram; não pode regular os direitos de uma criança que possui dois pais – um biológico e um afetivo –

porque acha ser injusto ela receber “direitos demais”, sendo que são relações efetivamente constantes e que previstas legalmente, ainda que por analogia. Antes de tudo, deve-se enxergar essas pessoas como cidadãos, que merecem ter seus direitos garantidos, pois injustiça é somente a pessoa que tem uma condição considerada “normal”, pela sociedade, ser tutelada e outras não, pois assim não se respeita o princípio constitucional da igualdade.

Portanto, com a tutela jurídica do afeto, têm sido assegurados os casos por ele abrangidos e os direitos inerentes a estes, como o direito sucessório do filho afetivo frente a não distinção entre os filhos e à igualdade sucessória, asseguradas pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Civil de 2002, respectivamente; então, não se pode negar ao filho que possui vínculo com dois pais o direito às duas heranças.



## REFERÊNCIAS

ACRE, 2ª Vara de Família de Rio Branco/AC. **Homologação de transação extrajudicial nº 0711965-73.2013.8.01.0001**. Requerente: A. S. da S. Juiz: Fernando Nóbrega da Silva. Rio Branco, 24 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.rodrigodacunha.adv.br/multiparentalidade-tac-sentenca-0711965-73-2013-8-01-0001-homologacao-de-transacao-extrajudicial>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

ARAÚJO, Maria Célia Soares. **Revolução industrial no Brasil**. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/revolucao\\_industrial\\_brasil.htm](http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/revolucao_industrial_brasil.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942**. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Código de processo civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869compilada.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18009.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.924, de 17 de abril de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.398, de 28 de março de 2011.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/L12398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/L12398.htm)>. Acesso em:  
25 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 6.583/2013.** Disponível em:  
<[http://www.ibdfam.org.br/\\_img/artigos/Estatuto%20da%20Fam%C3%ADlia%20x%20substituto.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Estatuto%20da%20Fam%C3%ADlia%20x%20substituto.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

\_\_\_\_\_, Superior Tribunal de Justiça. **As consequências do jeitinho brasileiro na adoção ilegal de crianças.** Publicado em: 09/02/2014. Disponível em:  
<[http://stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=113182](http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=113182)>.  
Acesso em: 03 mai. 2015.

\_\_\_\_\_, Superior Tribunal Federal. **Agravo regimental no recurso extraordinário nº 477.554.** Agravante: Carmem Mello de Aquino Netta representada por Elizabeth Alves Cabral. Agravados: Edson Vander de Souza e Instituto de previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 16 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20623277/agreg-no-recurso-extraordinario-re-477554-mg-stf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil:** família e sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. V. 5.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manual de direito das famílias.** 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça/DF. **Apelação cível nº 659434820078070001 DF 0065943-48.2007.807.0001.** Apelante: L. H. F. e S. S. Apelado: P. R. R. P. e outros. Relatora: Desembargadora Vera Andriighi. Brasília, 27 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17161434/apelacao-ci-vel-apl-659434820078070001-df-0065943-4820078070001>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil:** direito das famílias. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2014. V. 6.

FERNANDES, Cláudio. **Revolução industrial.** Disponível em:  
<<http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-industrial.htm>>. Acesso em:  
17 mar. 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo curso de direito civil:** direito de família: as famílias em perspectiva constitucional. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** direito das sucessões. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 7.

JÚNIOR, Cláudio Grande. A inconstitucional discriminação entre irmãos germanos e unilaterais na sucessão dos colaterais. **Jus Navigandi**, 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4757/a-inconstitucional-discriminacao-entre-irmaos-germanos-e-unilaterais-na-sucessao-dos-colaterais>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

LISBOA, Roberto Sensine. **Manual de direito civil**: direito de família e sucessões. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. V. 5.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARIN, Joel Orlando Bevilacqua. et al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **SciELO**, Brasília, v.50, n.4, oct./dec. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000400010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000400010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 19 mai. 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NETO, Clarindo Epaminondas de Sá. O princípio da afetividade como norte do direito de família no ordenamento jurídico brasileiro. **Júris Rationis**, Natal, v.6, n.2, p. 23-28, abr./set. 2013.

NOGUEIRA, Jenny Magnani de O. A instituição da família em A Cidade Antiga. **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte, 3.ed. 2.tir., p. 73-87, 2006.

PARANÁ, Vara da Infância e da Juventude/PR. **Ação de Adoção nº 0038958-54.2012.8.16.0021**. Requerente: E. A. Z. J. Juiz Sérgio Luiz Kreuz. Cascavel, 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <[http://www.flaviotartuce.adv.br/jurisprudencias/201302281223270.multiparent\\_sentpr.PDF](http://www.flaviotartuce.adv.br/jurisprudencias/201302281223270.multiparent_sentpr.PDF)>. Acesso em: 03 mai. 2015.

RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça/RS. **Apelação cível nº 70053501920**. Apelante: I. S. P. Apelado: A. L. Relator: Desembargador Rui Portanova. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/114424343/apelacao-civel-ac-70053501920-rs>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

Rondônia, 1ª Vara Cível/RO. **Ação de investigação de paternidade cumulada com anulatória de registro civil nº 0012530-95.2010.8.22.0002**. Requerente: A.A.B. representada por J.A.G. Requeridos: E.S.S. e M.S.B. Juíza: Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz. Ariquemes, 13 de março de 2012.

SANTOS, Uélton. Alterações no direito de família à luz do novo código civil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.6, n.12, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=4550](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4550)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

SOUZA, Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de. Famílias plurais ou espécies de famílias. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 14 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.25712>>. Acesso em: 13 de abr. de 2015.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil**: direito das sucessões. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013. V. 6.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. **Pelo vínculo afetivo, nome de pai não biológico é mantido em certidão de criança**. Publicado em: 28/04/2015. Disponível em: <<http://www.tjgo.jus.br/index.php/home/imprensa/noticias/162-destaque2/9312-pelo-vinculo-afetivo-nome-de-pai-nao-biologico-e-mantido-em-certidao-de-crianca>>. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. **Criança ganha direito de ter o nome de duas mães na certidão de nascimento**. Publicado em: 29/04/2015. Disponível em: <[http://www.tjce.jus.br/noticias/noticia-detalle.asp?nr\\_sqtex=36075](http://www.tjce.jus.br/noticias/noticia-detalle.asp?nr_sqtex=36075)>. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: direito das sucessões. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. V. 7.

\_\_\_\_\_. **Direito civil**: direito de família. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. V. 6.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da paternidade. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.27, n.21, p. 400-418, mai. 1979. Disponível em: <<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

WELTER, Belmiro Pedro Marx. Teoria tridimensional do direito de família. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.71, p. 127-148, jan./abr. 2012. Disponível em: <[http://www.amprs.org.br/arquivos/revista\\_artigo/arquivo\\_1342124687.pdf](http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1342124687.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2015.